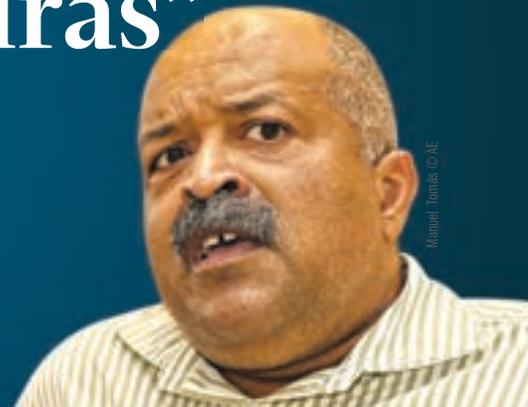


19 de Junho 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 64 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

HÉLDER PREZA

“Nos aeroportos, continuamos a fazer muitas asneiras”

ENTREVISTA. Antigo director da ENANA e do INAVIC critica os investimentos direccionados às infra-estruturas aeroportuárias que não impulsionam o desenvolvimento económico. Hélder Preza, que também já foi vice-ministro dos Transportes, aponta vários exemplos e revela as razões da extinção da Autoridade de Transportes de Luanda. **Págs. 4 a 7**



EMPRESA NÃO REAGIU À INFORMAÇÃO

Movicel vendida a russos

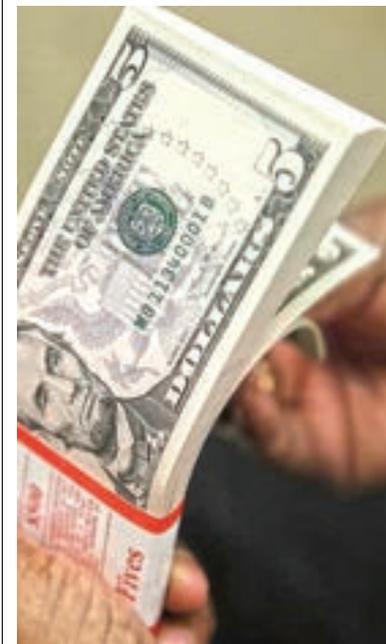


TRANSACÇÃO. A empresa de telecomunicações alienada pelo Estado, em 2009, a favor de cinco entidades privadas, terá sido vendida agora, em parte, a investidores russos. Fontes do VALOR não avançaram os detalhes do alegado negócio, mas apontam que o controlo da operadora ainda estará sob controlo de nacionais. **Pág. 16**

FACTA

Contas americanas em Angola mais vigiadas

Os bancos angolanos começam, a partir deste ano, a enviar às autoridades norte-americanas informações sobre os rendimentos de trabalhadores e investidores dos Estados Unidos em Angola. A medida acontece no âmbito da adesão de Angola ao 'FACTA', acordo que deve ser aprovado nos próximos dias na Assembleia Nacional. **Pág. 12**



FIL

Dívidas acima dos 110 milhões kz

Os mais de 60 trabalhadores da empresa que organizava a FILDA reivindicam salários e subsídios não pagos que ultrapassam os 110 milhões de kz. Os accionistas minoritários reafirmam que deve ser Matos Cardoso a pagar a dívida. **Pág. 18**

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 186,8 Kz (-0,92) ▼ LIBRA 212,26 kz (-3,02) ▼ YUAN 24,5 kz (-0,08) ▼ RAND 12,98 Kz (+0,02) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



‘INVENCIONICE’

Mais do que um debate de natureza legal, a discussão em torno do Projecto de Lei Orgânica sobre o Regime Jurídico dos ex-Presidentes e vice-Presidentes da República é essencialmente política. No campo legal, o conjunto das garantias reservadas aos ex-Presidentes da República neste Projecto de Lei não vai além dos direitos já estabelecidos na Constituição de 2010. Regalias como residência oficial, escolta pessoal, viatura protocolar e pessoal administrativo estão previstos na lei magna, especificamente no seu artigo 133º que desdobra o estatuto dos antigos Presidentes da República. O mesmo que também já predetermina outros direitos definidos em lei. A importância que alguma interpretação confere ao fórum privilegiado, para o caso de responsabilização criminal, e ao período de nojo de cinco anos, referidos no Projecto, também só se explica por pura distração. No artigo 127º sobre a responsabilidade criminal, a Constituição já prevê o período de carência em causa (os tais cinco após o término das funções) para que um ex-Presidente da República responda por eventuais crimes estranhos ao exercício das suas funções. E o fórum que a Constituição estabelece é um tribunal superior, no caso o Tribunal Supremo. Grosso modo,



pode dizer-se que o actual Presidente da República e os seus futuros sucessores já tinham, na Constituição, um quadro legal que lhes permitia viver o ‘day after’, com significativa estabilidade a todos os níveis. Em termos comparativos, também é fácil perceber que, em relação a regalias, o Projecto de Lei, de iniciativa do MPLA, não inventa quase nada. Há vários casos de realidades consolidadas em que os antigos presidentes e vice-presidentes da República e respectivas famílias gozam de estatutos especiais em questões como a protecção pessoal, habitação, pensão de reforma, acesso à saúde, entre outras garantias. Os Estados Unidos da América são um exemplo terminado nesta matéria.

O que constitui uma verdadeira invenção do MPLA, neste caso, é a proposta de instituição da figura de ‘Presidente da República Emérito’. E

não se trata de uma invenção qualquer. Em termos políticos, é uma criação susceptível de manchar, de forma despropositada, a mensagem de desapego que José Eduardo dos Santos passou ao país, ao decidir ceder a posição de candidato do MPLA às próximas eleições. Por muito que se discuta a longevidade do poder do Presidente da República, José Eduardo dos Santos tinha legitimidade constitucional e apoio incondicional do seu partido para concorrer a mais um mandato, sucedendo-se a si próprio. Ao decidir abandonar o cadeirão máximo do Estado, sem imposição, confundiu necessariamente as vozes que lhe denotavam apego desmesurado ao poder. No fundo, com a decisão de saída por iniciativa pessoal, apesar da contestação do partido que lhe renovou confiança no último congresso, só por desonestidade intelectual ou falta de rigor histórico José Eduardo dos Santos poderia ser comparado ao leque de líderes africanos da estirpe de Robert Mugabe. O que a proposta do MPLA põe em causa, na parte da instituição do Presidente Emérito, é precisamente isso. Porque, em rigor, seria sempre possível considerar-se soluções político-legais menos ruidosas, mas igualmente efectivas do ponto de vista da protecção e da segurança do futuro ex-Presidente da República. Qualquer coisa que não passasse por tão ‘brilhante’ invencionice.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Gentil Viana

PCA Consórcio Rede Camponesa

O Consórcio Rede Camponesa lançou recentemente o programa Angola-Aircargo Export. Qual é o grande objectivo dessa iniciativa?

Este programa tem por objectivo dinamizar as exportações angolanas e ligar todos os potenciais operadores das distintas cadeias produtivas de perecíveis sujeitos à exportação aérea. É uma iniciativa promovida pelo Consórcio Rede Camponesa, em parceria com a ENANA e a Brussels Airlines.

Que produtos é que serão exportados no âmbito deste projecto?

Os produtos a exportar são essencialmente frutas, como a banana, manga, abacaxi, abacate, assim como legumes, flores, peixe, marisco, entre outros.

Quando é que arranca efectivamente o processo de exportação?

Estamos a prever a partir de 31 de Maio de 2018 começarmos com as exportações dos principais produtos agrícolas, marítimos e florestais de Angola. A concretização deste projecto conta com a participação de todos os operadores das cadeias produtivas no país, que podem fazer parte do consórcio de forma gratuita.

12
TERÇA-FEIRA
A Confederação Sindical (UNTA-CS) considerou o aumento de 10% do salário mínimo nacional insuficiente para “qualquer conforto” a reposição do poder de compra perdido, com o alto índice de inflação. A posição foi defendida pelo secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viage.

14
QUARTA-FEIRA
Os trabalhadores da empresa pública de Produção de Electricidade (Prodel) no aproveitamento hidroeléctrico de Cambambe, no Kwanza-Sul, suspenderam a greve e garantiram que as “negociações com o patronato foram avançadas”. A informação foi prestada por Fernando Romão, membro da comissão sindical da Prodel.

15
QUINTA-FEIRA
O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 vai propor um baixo nível de despesas públicas para evitar dívidas acumuladas, anunciou a secretária de Estado do Orçamento, Aia-Eza da Silva, perante deputados à Assembleia Nacional, na semana passada.



SEGUNDA-FEIRA

O Banco de Negócios Internacional (BNI), na qualidade de Banco agente, liderou o sindicato bancário que concedeu um financiamento ao Ministério das Finanças mediante a emissão de Títulos do Tesouro até 10 anos, no valor ao equivalente em kwanzas a 400 milhões de dólares, informou o banco através de uma nota de imprensa.

18
SEXTA-FEIRA
A Presidente da Sonangol, Isabel dos Santos, desmentiu, através das redes sociais, a notícia de que vai comandar o processo de relançamento da indústria têxtil nacional, que começou com a reabilitação das fábricas Textang II, Satec e África têxtil.



19
SÁBADO
A analista do Standard Bank, Samantha Singh considerou que Angola não está a fazer investimentos significativos nos setores não petrolíferos, falhando assim a diversificação económica necessária para evitar choques externos, apesar dos esforços feitos em 2009 e 2010.



20
DOMINGO
A falta de transportes tem dificultado o trabalho inspectivo e de fiscalização da direcção provincial do Comércio Hotelaria e Turismo da Huíla aos diversos agentes económicos e estabelecimentos controlados pelo sector, segundo um relatório da instituição do primeiro trimestre.



COTAÇÕES



MERCADOS EUROPEUS FECHAM NO VERDE

As principais praças europeias terminaram a última semana em alta, depois de os ministros das Finanças da Zona Euro terem decidido libertar uma tranche de 8,5 mil milhões de euros para a Grécia. Como consequência, as bolsas saíram a ganhar: o Stoxx 600, índice de referência, fechou a subir 0,66%, o francês CAC40, avançou 0,89%, seguido pelo índice grego, o FTSE/ASE, que valorizou 0,77%. O PSI-20, índice lisboeta, cresceu 0,23%, graças à valorização dos títulos da Galp Energia e ao desempenho da Altri.



PETRÓLEO DESCE PELA QUARTA SEMANA

No mercado das commodities, a semana não foi favorável aos investidores e produtores do ouro negro. Pela quarta semana, o acumulado do petróleo desvalorizou mais de 2%. Desde 2015 que a matéria-prima não registava uma série de quedas semanais tão longa. Os investidores temem haver excesso de oferta no mercado. Ainda assim, o petróleo fechou a semana a negociar em terreno positivo. o Brent em Londres soma 0,55% para 47,218 dólares e na bolsa de Nova Iorque o WTI avança 0,4% para 44,64 dólares.

Entrevista

HÉLDER PREZA, ANTIGO VICE-MINISTRO DOS TRANSPORTES

“No domínio dos aeroportos, continuamos a fazer muitas asneiras”

Com cerca de 40 anos de experiência no sector da aviação, Hélder Preza, antigo vice-ministro dos Transportes, considera “uma asneira” a forma e argumentos do programa de reabilitação dos aeroportos provinciais, por ‘engolir vários milhões de dólares, sem que as infra-estruturas impulsionem desenvolvimento local, como o aeroporto de N’dalatando, que cerca de 10 anos após a reabilitação nunca recebeu uma única aeronave. O ex-director do INAVIC e da ENANA explica ainda as razões da extinção da Autoridade de Transportes de Luanda, instituição que também dirigiu.



Manuel Tomas © VE

Por António Miguel

em acompanhado a reabilitação dos aeroportos?

Sim e sinto que, tal como noutras áreas de actividade da economia do país, continuamos a gastar os nossos recursos, sem a sabedoria e visão que deveríamos ter. Os factos provam muito mais do que aquilo que digo. Reabilitamos o aeroporto de N’dalatando (Kwanza-Norte) e não voa para lá nenhum avião. Reabilitámos o aeroporto

do Luau (Moxico), até chamámos de internacional, mas de internacional não tem nada. Não há tráfego sequer para o Luau. Sinto, com dor e mágoa, que nós continuamos a persistir e a cometer as mesmas asneiras. Asneiras essas que se consubstanciam em fazer investimentos sem que os mesmos sejam precedidos de algum estudo de viabilidade.

Não há ganhos sociais, como argumenta o Governo?

Às vezes, o argumento de que certo investimentos traz benefícios sociais... até pode trazer, mas estes argumentos justificam muito maus investimentos. O que está a acontecer em Angola, principalmente, na área de infra-estruturas, em geral, é que, sistematicamente, fazemos os

investimentos, depois cada um de nós olha para o que deverá fazer. Sinto que, no domínio dos aeroportos, continuamos a fazer muitas asneiras.

Se ainda fosse o presidente do Conselho de Administração (PCA) da , teria evitado estas obras?

Não sei se o PCA da ENANA tem como evitar, porque grande parte desses projectos é extra ENANA. A ENANA é uma empresa que só gere o aeroporto. Não tem conhecimento profundo e detalhado de como é que se fazem esses investimentos, mas quase todos são feitos quer pelo Ministério da Construção, quer por órgãos superiores, sendo que a ENANA, às vezes, quando se dá conta, é obrigada a assumir a

responsabilidade da gestão de uma infra-estrutura para qual não foi tida nem achada no processo de construção. Grande parte das vezes é assim que acontece. Por outro lado, é preciso entendermos que este conceito que, cada vez mais, se torna moderno, de que é preciso ouvir a sociedade civil, é necessário ouvir as forças vivas da nação, não pode ser um dogma que fica em palavras. Se decidirmos que temos de fazer um aeroporto em Camabatela (Kwanza-Norte) é preciso que quem decide vá a Camabatela e oiça as pessoas que lá estão, porque pode aparecer uma pessoa de bom senso e perguntar para que é que vão construir um aeroporto? Para transportar quem? Quantos passageiros vão entrar em Camabatela, por dia, semana ou

por mês? Então, ao invés de construir um aeroporto, não é melhor construir um centro de abastecimento de água para a vila? Com essas intervenções de pessoas de bom senso, é sempre mais provável que se tomem as decisões correctas em relação a tudo.

Por que razão esses aeroportos não são rentáveis?

Simplesmente porque não tem tráfego. A TAAG já voou para o Uíge, Malanje e para outros destinos domésticos. Mas deixou de voar, porque os aviões iam vazios. A TAAG não está para perder dinheiro. A TAAG faz um voo para Malanje, mas só leva 15 passageiros, dois dias depois faz outro, e só leva dez, na semana seguinte vai ter de pen-

“A TAAG faz um voo para Malange, mas só leva 15 passageiros, dois dias depois faz outro, e só leva dez, na semana seguinte vai ter que pensar, porque as tarifas cobradas por esses dez ou 15 passageiros não dá para pagar o combustível do avião.”

sar, porque as tarifas cobradas por esses dez ou 15 passageiros não dá para pagar o combustível do avião.

Há províncias que não têm actividade económica dinâmica e estão muito distantes da capital Luanda. Aí, justificam-se os investimentos nos aeroportos?

É verdade. Isso é um problema das chamadas zonas isoladas, das chamadas zonas de difícil acesso. Eu não estou em condições de dizer se se justifica ou não. Agora, a justificação tinha de ser suportada com argumentos económicos e sociais. Não podem ser só argumentos sociais. O argumento social não pode justificar que a nação, como um todo, gaste milhões num aeroporto, como no Bié, e depois o aeroporto fica às moscas. Há 30 a 40 trabalhadores que tem de estar aí para manter o aeroporto. Quando há voo, é o governador que vai no avião privado. Alguém tem de pagar os salários das pessoas que aí trabalham. Isto são custos que saem dos bolsos de todos nós, enquanto cidadãos, que poderiam ser canalizados para outras áreas.

Enquanto director da ENANA, qual foi a sua principal preocupação?

Na altura, quando fui director da ENANA, o quadro era muito sombrio. No fim dos anos 1980, as dificuldades eram todas. Basta dizer que, como director-geral, cheguei ao ponto de utilizar o meu carro para transportar trabalhadores, que trabalhavam por turno, porque não havia alternativa. Naquela altura, dólares? Nem pensar. Foram momentos ímpares. Alguns dos camaradas ainda se encontram aí, quase todos já reformados, mas colocámos a nossa pedra para construir a nação que hoje temos.

E como é que encontra o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC)? O INAVIC é uma instituição que têm a obrigação de assegurar que todos os operadores que estejam no mercado de transportes aéreos, operadores ou prestadores de serviços, prestem estes serviços de acordo com as normas internacionalmente aceites. Por causa das dificuldades, por que passámos, desde a Independência, o INAVIC viu-se desprovido de quadros tecnicamente capazes para assumir cabalmente o seu papel. E, como tal, não foi capaz de assegurar que

Na altura, quando fui director da ENANA, o quadro era muito sombrio.

No fim dos anos 80, as dificuldades eram todas. Basta dizer que eu como director-geral cheguei ao ponto de utilizar o meu carro para transportar trabalhadores, que trabalhavam por turno.

Não poder ser só argumentos sociais. O argumento social não pode justificar que a nação, como um todo, gasta milhões num aeroporto, como no Bié, e depois o aeroporto fica às moscas

os operadores cumprissem com as normas estabelecidas. Isto levou a que os operadores, por seu turno, baixassem a guarda. Portanto, não observam as normas. Depois ficou um círculo vicioso. Muitos operadores foram permitidos que entrassem no mercado sem um mínimo de condição para o serem.

Que decisão mais importante tomou quando foi director do INAVIC?

Não tenho o hábito de enaltecer efeitos pessoais. Mas, quando cheguei ao INAVIC, encontrei um quadro que tratei de fazer algumas alterações. Uma delas foi a proibição da operação, em Angola, dos aviões Antonov 12, 26 e 30.

“O bolo que dão a bordo é o mais caro da SADC

Que leitura faz ao negócio da aviação doméstica em Angola?

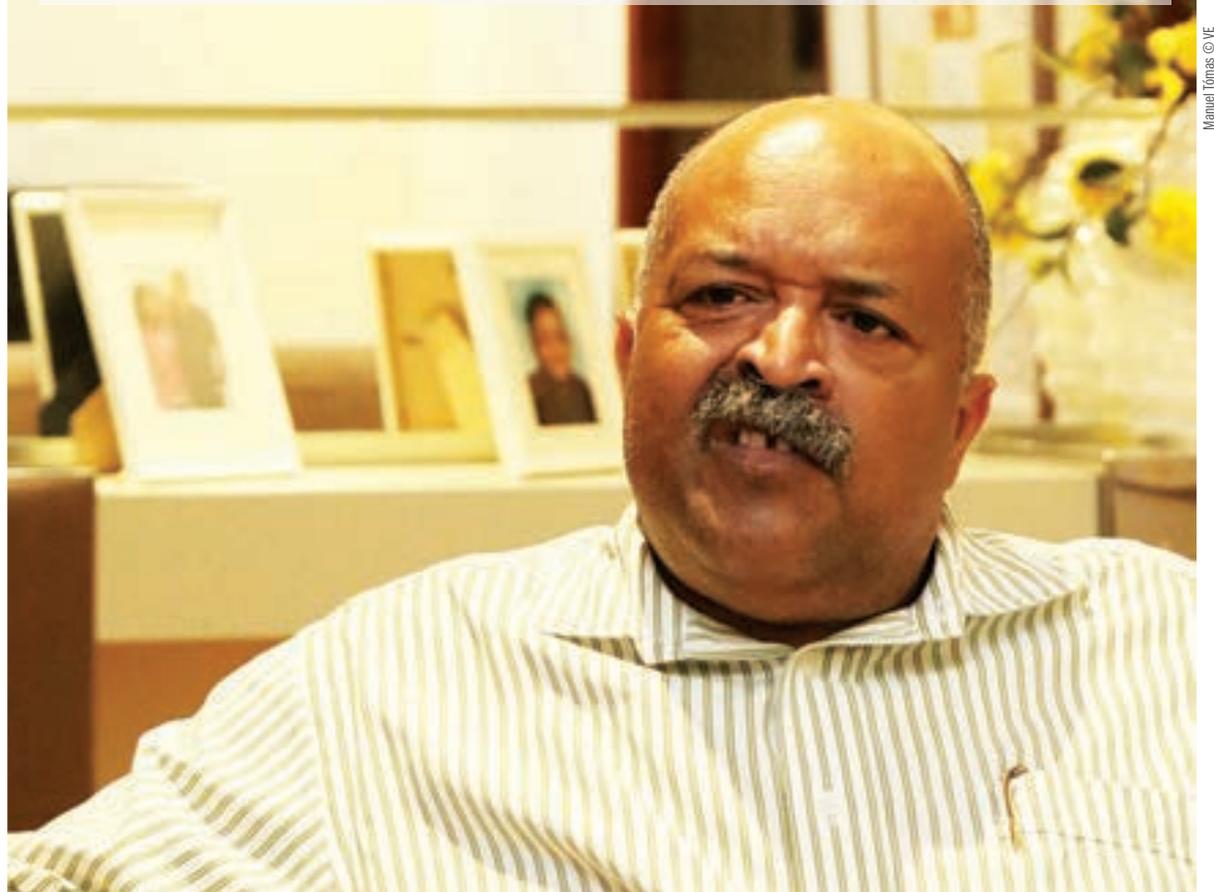
É um negócio que exige muito investimento, mas o retorno é muito baixo. Na aviação, quem ganha dinheiro ganha um bocadinho. O volume de passageiro é reduzido, porque a maior parte dos angolanos não tem condições económicas para viajar de avião. Um bilhete de avião de Luanda para Cabinda custa à volta de 30 mil kwanzas, é muito dinheiro, porque há pessoas que não ganham isso durante um mês. É o dobro do salário mínimo. Ora, não tendo grande volume de passageiros, quer dizer que os poucos passageiros que viajam vão ter de suportar os custos operacionais das companhias. Além dos chamados ‘custo Angola’. É muito difícil que o mercado angolano possa gerar lucros.

Então não há bom ambiente de negócio?

Angola é um país caro. O combustível de avião em Angola é mais caro que na Namíbia, as taxas aeroportuárias são caras, o catering, aquele pãozinho ou o bolo que dão a bordo do avião, é caro, é mais caro que em qualquer país da região SADC. Isto para dizer que, sendo os custos altos, é natural que as tarifas também sejam caras. E sendo as tarifas caras, o acesso é mais reduzido e, portanto, só com uma ‘grande ginástica’ é que um operador de transporte aéreo ganha dinheiro em Angola. Aliás, a TAAG perde dinheiro todos os anos e em quase todas as rotas. Ainda há pouco, ouvimos o novo PCA da TAAG a dizer que reduziu as perdas, mas ainda não está no lucro, continua na perda. É perda menor, mas continua a ser perda.

Que medidas pensa que deveriam ser tomadas?

Se falarmos essencialmente no mercado internacional, enquanto, Angola continuar um país fechado, onde qualquer cidadão estrangeiro para entrar, precisa de ter um visto pedido com 15 ou mais dias de antecedência, apresentar não sei quantos documentos, às vezes pagar quase metade do preço da passagem, será muito difícil. Uma das coisas que tem de ser resolvida já é o problema dos vistos. Não queremos dizer que as autoridades que tem de zelar pelo serviço de migração não exerçam o seu papel. Mas, têm de exercer, olhando para a dinâmica do mundo. Actualmente, os namibianos parecem ser os únicos cidadãos, no mundo, que estão isentos de vistos para entrar em Angola, no entanto, não se vê aí uma onda de namibianos ilegais. Se abrissemos as portas, seria uma forma de impulsionarmos o tráfego. A rentabilidade das companhias aéreas só acontece quando o tráfego, tanto de passageiro como de carga, existe. Isso afecta não só os transportes aéreos como outras indústrias, como a do turismo. Esta é uma das medidas que têm de ser tomadas, flexibilizar o visto de entrada em Angola.



Manuel Tomás © VE

Entrevista

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'inovoráveis' a Angola. Pág. 14

PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado

Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de micro-empresas locais e de emprego. A produção onshore em Angola, trazendo a produção mundial marginal, abateu dos 3%, com 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISA:
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que deva ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêm abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a indisponibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Págs. 10-11

Moedas: AKZ USD 160,9 Kz (+0,91) ▲ EUR 181,02 Kz (+0,7) ▲ LIBRA 229,7 Kz (+0,3) ▼ YUAN 24,7 Kz (+0,3) ▲ RAND Rand - 10,5 Kz (+0,1) ▲

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes),

941 784 792 (Geovana Fernandes)

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

Continuação da página 5

Portanto, conseguimos convencer o Governo de que estes aviões eram velhos e tinham um monte de problemas. Se nos lembrarmos da 'célebre altura dos Antonov', em que havia dezenas de operadores em Angola a operarem aviões velhos e que não tinham condições técnicas, víamos vários acidentes. Até que, a partir de certa altura, se pôs ordem nos círculos.

Os donos dos Antonov eram generais?

Eram todos. Alguns deles estrebucharam. Mas conseguimos impedir que esses aviões operassem. O resultado foi que, desde que esses aviões deixaram de operar, a quantidade de acidentes que aconteciam em Angola baixou vertiginosamente. Depois disso, accionámos um programa para a melhoria de segurança operacional e começámos a apertar operadores. Cancelámos licenças de alguns operadores, obrigámos operadores a refazer todos os seus procedimentos. Mas, nós, o INAVIC, também enfrentávamos problemas semelhantes aos dos operadores. Não tínhamos pessoas para fazer isso. Era preciso pessoas formadas, tivemos de à certa altura, contratar estrangeiros para nos auxiliarem nesse processo e foi-se fazendo o caminho.

Quais são os procedimentos de segurança que as companhias devem cumprir?

Uma companhia aérea tem um conjunto de procedimentos que tem de cumprir. Em primeiro lugar, é com o avião, em segundo com o piloto e, em terceiro, com operações do avião. Se o fabricante do avião diz, por exemplo, que este avião deve trocar os pneus depois de 30 aterragens, isto está estabelecido no manual do avião, o operador tem de ter mecanismo para controlar o número de aterragens do avião. O que acontece, às vezes, é que o operador não faz este controlo. É obrigação do INAVIC fazer com que o operador cumpra rigorosamente este procedimento. Esse é apenas um procedimento, que mas existem milhares. A norma diz que um piloto, a cada seis meses, tem de fazer um 'check up' de saúde. Esse

PERFIL

Natural do Huambo, **Hélder Preza**, licenciou-se em engenharia electrotécnica, pela Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto e fez mestrado em gestão de empresas, em Canadá, pela Universidade Concordia. Foi admitido na ENANA, como técnico básico, a 14 de Agosto de 1976, na altura designada Serviço de Aeronáutica Civil, onde fez carreira, assumindo várias responsabilidades, até chegar a director-geral. Foi também director do INAVIC, vice-ministro dos transportes e representante de Angola na Organização de Aviação Civil Internacional, em Canadá. O último cargo público que exerceu foi o de presidente da Autoridade dos Transportes de Luanda, entre 2011 a 2013.

piloto só tem a licença actualizada se fizer esse 'check up' de saúde.

Pode fazer o 'check up' em qualquer centro de saúde?

Não pode fazer isso no 'centro de saúde da esquina'. Existem centros especializados para fazer esses check. É obrigação da companhia assegurar que o piloto faça o 'check up', de forma regular. Estes são apenas dois exemplos de procedimento de segurança. Tem havido muitas falhas e em todos os operadores. Às vezes, as falhas são mínimas, mas na aviação, não deve haver margem para erros. Se a norma diz que o piloto quando está sentado no avião, o manual do avião tem de estar do lado da mão esquerda, portanto, não pode estar do lado da mão direita. Se trocar o lugar do manual é uma falha, mínima, mas se o manual não estiver lá, no avião, já é uma falha grave e o avião fica impedido de voar. A fraseologia da aviação, por exemplo, não permite que, na comunicação entre o piloto e o controlador de tráfego, se utilizem as palavras sim e não. Devem ser usadas as palavras 'positivo' e 'negativo'.

Angola nunca teve um sistema de controlo radar. Eu sei que, há alguns anos, houve um projecto para instalar o sistema radar, no terminal de Luanda, mas não chegou a ser implementado. Isto foi em 2011.

Angola não tem sistema de radar. Que consequência advém da falta de sistema de radar?

O radar torna-se imprescindível quando a intensidade do tráfego é muito grande. Ora, Luanda não tem um tráfego muito grande. Evidentemente que o controlo de radar melhoraria substancialmente o controlo do tráfego aéreo, as separações entre as aeronaves, inclusive os próprios procedimentos poderiam ser melhorados. Mas a sua ausência não me parece que seja um caso de vida ou morte. Em Angola, o controlo é feito via rádio. O piloto reporta a sua posição, em termos de altitude, longitude e velocidade e o controlador de tráfego aéreo encarrega-se em manter as aeronaves separadas, sem ver os aviões. Se tivesse o sistema de radar, ele visualizaria a posição das aeronaves, e seria mais eficaz o controlo do tráfego aéreo.

O piloto é dependente do controlador de tráfego aéreo?

O piloto é altamente dependente do sistema de controlo. No céu não há estrada. O piloto sabe onde está, qual é a sua altitude, longitude, velocidade e rota, mas não sabe o que está a sua volta. Os aviões têm um sistema para evitar colisão. Se um avião estiver a aproximar-se de um obstáculo, o sistema detecta e alerta que há alguma coisa à frente, mas o piloto não sabe exactamente o que é, embora receba o sinal de aproximação a um obstáculo. Pode ser que seja uma montanha. Então o controlador de tráfego é que dá as instruções ao piloto para evitar colisões.

A instalação do sistema de controlo por radar é muito caro?

Não tenho ideia. Mas, há alguns anos, eu ainda estava no activo. Pedimos a Organização da Aviação Civil Internacional que viesse fazer um estudo sobre a instalação de um sistema de radar. Naquela altura, ficava em cerca de sete milhões de dólares, há dez anos. Hoje não deve ficar muito mais caros que isso.



“Sinto, com dor e mágoa, que nós continuamos a persistir e a cometer as mesmas asneiras, que se consubstanciam em fazer investimentos sem que os mesmos sejam precedidos de algum estudo de viabilidade.”

“A Autoridade de Transportes não tinha autoridade nenhuma”

A Direcção Provincial dos Transportes de Luanda seria extinta, com a criação da Autoridade de Transportes de Luanda. Mas a Autoridade é que foi extinta...

A Autoridade de Transportes de Luanda foi mesmo encarregue de gerir todo o sistema de transporte da cidade, que envolvia essencialmente os transportes públicos ferroviários e rodoviários e o sistema de tráfego, estacionamento, sinalização e semáforos. A verdade é que era a direcção provincial dos transportes que devia ser extinta, mas isto não aconteceu, por razões que eu também desconheço. Durante muito tempo, estas duas entidades coexistiram. Ninguém sabia bem onde começava e terminava a responsabilidade da outra, até que, numa certa altura, eu fiz uma proposta ao governo de Luanda que se extinguisse a Autoridade de Trans-



Manuel Tomás © VE

portes de Luanda. Porque aquele quadro era desagradável para todos, provocando inclusive querelas pessoais desnecessárias. Até porque a Autoridade não tinha autoridade nenhuma.

Durante a existência da Autoridade, que problemas detectou?

Nós, em Angola, temos muitas dificuldades em diferenciar o que é causa e o que é consequência. Isto é que faz com que sistematicamente tendamos

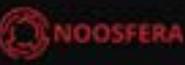
a resolver os problemas atacando as consequências. O problema da mobilidade em Luanda não é exclusivo nosso, outros países já viveram estes problemas. O problema é que a nossa estrutura viária (ruas, avenidas e estradas) não tem capacidade para suportar o volume de carros que existem. Então, perante este problema, a solução quase sistemática daqueles que tentam atacar o problema é de alargar a estrada. Só que esquecem que, quando a alargamento da estrada estiver pronto, já não serão quatro mil carros, serão oito mil. Temos de encontrar fórmulas de reduzir o tráfego de circulação de carros.

Como se faz isso?

No mundo, existem soluções desde as mais extremas, de um lado, e mais extrema, de outro. Por exemplo, Singapura não tem como se expandir, não há como alargar as estradas.

Quando chegaram à conclusão de que o número de viatura era muito grande, decidiram pôr especialistas a estudar, que concluíram que a cidade só tinha capacidade de ter X viaturas. Por exemplo, 60 mil viaturas, então as autoridades só venderam 60 mil matrículas em leilão. Depois disso já não podia entrar carros. Quem quisesse carro, que comprasse a quem já tivesse. Obviamente que fizeram uma aposta séria nos transportes públicos. Vão dizer: “é possível fazer isso em Angola”? É possível que não seja. Mas, enquanto em Luanda não pararmos para montar um sistema de transporte público, decente, eficaz e a preço justo, que possa levar qualquer cidadão, desde o Presidente da República ao mais humilde cidadão, de uma ponta a outra, o engarrafamento não vai acabar. Agora montar um sistema desse é difícil. Requer dinheiro, mas requer, sobretudo, coragem.

PUB







26 de Junho a 7 de Julho 2017

Está preparado para ser um Líder adaptativo?

Talatona -Luanda

Paulo Finuras, Ph.D

[Bio] Liderança Adaptativa®

A ciência da Liderança para desenvolver as capacidades de coordenação e influência

Benefícios deste workshop

1. Conheça uma forma inovadora de abordar os «segredos» da liderança para que os vossos gestores sejam mais eficazes na coordenação, influência e desenvolvimento das equipas que dirigem!
2. Obtenha uma visão alternativa sobre a liderança numa perspetiva evolutiva e adaptativa, desvendando as fundações psicológicas dos líderes e dos liderados.
3. Identifique os problemas básicos dos grupos e os perfis cognitivos de liderança adequados para os resolver de forma eficaz.
4. Adquirir pistas de desenvolvimento pessoal face às suas características e à sua realidade organizacional

humanskillsangola@gmail.com



Organização

HS - Human Skills®
Consortium

Apoio

PRENOVA, LDA

Media Partner

valor ECONÓMICO

Economia/Política

CRISE ADIA ARRANQUE DE 100 FÁBRICAS

Apenas 25% da reserva industrial da ZEE está a ser utilizada

INDÚSTRIA. Dos 8.460 hectares da reserva industrial da Zona Económica Especial de Viana, apenas 2.115 estão a ser aproveitados. Espaço também se debate com falta de recursos para terminar a infra-estruturação.

Por Isabel Dinis

Volvidos oito anos, desde a sua criação, a Zona Económica Especial de Viana (ZEE) continua praticamente 'desabitada', em termos de actividade industrial. Com uma extensão de 8.460 hectares de reserva industrial, apenas 25%

deste espaço, correspondente a 2.115 hectares, está a ser utilizado, segundo revelou, ao VALOR, o director de contabilidade e finanças da ZEE, Joaquim Cristóvão.

O responsável, que avançou a informação durante a assinatura dos contratos de investimentos entre a empresa Tidiane Trading e a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP), acrescentou que, em termos de infra-estruturas, apenas dois dos quatro quadrantes que compõem o espaço estão a ser utilizados.

A falta de recursos financeiros, motivada pela crise, é apontada como



A ZEE contou com um capital inicial de 50 milhões USD

a principal barreira para a efectivação da infra-estruturação do espaço e para que cerca de 100 unidades fabris arranquem com a produção.

Face à escassez de divisas, as empresas que funcionam no espaço têm-se debatido com várias dificuldades, "relacionadas nomeadamente com a importação de matéria-prima e 'Know-how'".

Cristóvão acredita, no entanto, que a situação possa melhorar nos próximos tempos. "Podíamos fazer mais, mas as dificuldades financeiras acabam por inibir a intenção de dar continuidade. Contudo, continuamos com o lema de fazer mais com pouco", ressaltou.

A ZEE tem actualmente, em funcionamento, 37 unidades fabris, 26 das quais pertencem à Sonangol Investimentos Industriais (SIIND) que, entretanto, se encontram em processo de alienação para a gestão privada, segundo um decreto do ano passado.

MEMORIZE

- A ZEE tem actualmente, em funcionamento, 37 unidades fabris, 26 das quais pertencem à Sonangol Investimentos Industriais (SIIND) que, entretanto, se encontram em processo de alienação.



O documento, que autoriza a transferência da totalidade das quotas representativas do capital social da entidade, refere que a medida visa dar "eficiência" às unidades, cessando "os custos

de manutenção levados a cabo pelo Estado". Desde a aprovação da alienação, ainda não foram conhecidos novos dados referentes a esse processo.

Criada pelo Governo em Outubro de 2009, com uma linha de crédito da China, a ZEE assume-se como um dos instrumentos para a promoção e modernização da economia e do relançamento da indústria nacional. O projecto teve um capital inicial de 50 milhões de dólares.

O espaço onde funciona a ZEE é fisicamente demarcado, dotado de várias infra-estruturas, entre fundiárias, económicas e administrativas que pretendem estar adequadas à competitividade, inovação, fomento intensivo da produção e criação de empregos, beneficiando, em termos fiscais, de um estatuto especial. O espaço tem 21 reservas fundiárias, sete das quais industriais, seis agrícolas e oito minerais.

CONTA GERAL DO ESTADO

OGE 2015 com défice de 456,4 mil milhões kz

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 que tinha previsto receitas na ordem dos 5,4 biliões de kwanzas e igual valor de despesas, acabou por arrecadar apenas receitas de 3,9 biliões de kwanzas, resultando num défice orçamental de cerca de 456,4 mil milhões de kwanzas, face às despesas realizadas, fixadas em pouco mais de 4,3 biliões de kwanzas.

Os dados vêm expressos num relatório parecer sobre a Conta Geral do Estado referente a 2015, apreciado e aprovado, na passada quinta-feira,

pelas Comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional.

As Comissões Conjuntas de Trabalhos Especializados aprovaram a Conta Geral do Estado do Exercício Fiscal de 2015 (com 15 votos a favor e um contra), que será submetido ao plenário da Assembleia Nacional.

O relatório parecer, que foi apresentado pela deputada Ruth Mendes, e que mereceu esclarecimentos da secretária de Estado para o Orça-

mento, Aia-Eza da Silva, refere que a receita arrecadada na óptica do caixa, incluindo a receita do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), foi realizada em 72% da receita total prevista, com destaque para as receitas correntes, que tiveram uma execução de 97%.

As receitas correntes arrecadadas naquele ano totalizaram cerca de 2 biliões de kwanzas, correspondendo a uma execução de 97% e uma participação de 66,67% da receita total arrecadada.

MAIS DE 228 MIL METROS cúbicos de madeira em toro serão licenciados e explorados este ano, em todo o país, durante a campanha florestal aberta a semana passada e com encerramento previsto para 31 de Outubro.



O PORTO DE LUANDA REGISTOU, durante o primeiro trimestre, uma frequência de dois navios de longo curso por dia, vindos de diversos países do mundo, apresentando um decréscimo na ordem dos 6% relativamente ao período homólogo de 2016.



PROPOSTA DO GRUPO PARLAMENTAR DO MPLA

AN acerta hoje debate e aprovação da Lei do ‘Presidente Emérito’

NOVA LEGISLAÇÃO. Documento propõe que, após as eleições gerais de 23 Agosto, o chefe de Estado que cessar mandato passe a ser designado “Presidente da República Emérito”, com direito a uma pensão vitalícia correspondente a 90% do vencimento do último ano de mandato.

Por Redacção

A plenária da última quinta-feira, 15, da Assembleia Nacional (AN) não discutiu o projecto de Lei

Orgânica sobre o Regime Jurídico dos Ex-Presidentes e vice-presidentes da República Após Cessação de Mandato, como constava da agenda.

Fonte da AN explicou, ao VALOR, que o desdobramento da agenda da última quinta-feira não atingiu o ponto do Projecto de Lei em causa, pelo que os acertos sobre a eventual aprovação final do diploma no próximo dia 22 de Junho ficaram reagendados para hoje, segunda-feira, 19.

De iniciativa do grupo parlamentar do MPLA, o Projecto de Lei propõe que o país passe a ter as figuras de ex-Presidente da República e ex-vice-presidente, por cessação de mandato eleitoral (não se recandidatam), com o primeiro a beneficiar do título de ‘Presidente da República Emérito’.

Com quatro capítulos e 14 artigos, o documento prevê que, após cessação de funções, o antigo Presidente da República passe a gozar de tratamento protocolar, imunidades e segurança, nomeadamente oficial às ordens, regime especial de protecção e segurança.

O segundo capítulo da proposta de lei, denominado “Foro Especial”, estabelece que, findo o mandato, o antigo Presidente da República passa a gozar de “foro próprio para efeitos criminais ou responsabilidade civil, por actos estranhos ao exercício das suas funções, perante o Tribunal Supremo, no termo do disposto na lei”.

Para o Presidente da República que cessar mandato, o projecto de

Regalias previstas para ex-PR e vice-presidentes

PR Emérito

- 90% do vencimento durante o último ano de mandato;
- Tratamento protocolar, imunidades e segurança;
- Habitação com verba para manutenção;
- Viatura, motorista, combustível e manutenção;
- Seguro automóvel contra todos os riscos;
- Assistência médica e medicamentosa gratuita;
- Passagens aéreas em primeira classe e ajudas de custo.

Vice-presidente

- 90% do vencimento do vice-presidente em exercício;
- Designação de antigo vice-presidente ou ex-vice-presidente;
- Atribuição de uma viatura não inferior à de um ministro em exercício;
- Tratamento protocolar;
- Imunidades e regime especial de protecção e segurança.

lei propõe que receba uma pensão vitalícia correspondente a 90% do vencimento que auferia no seu último ano de mandato, actualizado automaticamente ou uma pensão actualizada, se assim optar.

Para o cônjuge do PR durante os seus mandatos, a proposta de lei prevê uma remuneração equivalente a 70% do vencimento do chefe de Estado durante o seu mandato ou da respectiva pensão, se por esta optar.

A proposta de lei acautela ainda o direito à habitação, com a atribuição de uma verba para manutenção e apetrechamento de residência própria, e transporte, sendo-lhe atribuída uma viatura automóvel de tipo não inferior à 13 do vice-presidente em exercício para as funções oficiais deste, igualmente um motorista a expensas do Estado, substituição da viatura sempre que devidamente justificado, combustível e manutenção.

Ainda no artigo sobre o direito a transporte, a proposta de lei garante o pagamento do seguro de responsabilidade civil automóvel contra todos os riscos, viaturas de uso pessoal, para cônjuge e filhos menores ou incapazes a seu cargo.

BENESSES ABRANGEM FILHOS Segundo ainda o documento, após cessação de funções, o Presidente

da República passará a ter direito à assistência médica e medicamentosa gratuita, passagens aéreas em primeira classe e ajudas de custo, quando se tratar de viagens em missão de serviço do Estado, dentro e no exterior do país.

O cônjuge e filhos menores ou incapazes, caso o projecto seja aprovado na sua versão já conhecida, terão também direito à assistência médica e medicamentosa gratuita, passagens aéreas em primeira classe e ajudas de custo para viagem anual de férias, dentro do país ou no estrangeiro, com direito à protecção especial, pessoal de protecção e assessoria, nas viagens, assim como protecção especial da sua residência.

Para os antigos vice-presidentes, o projecto de lei propõe o disposto no capítulo I, com algumas adaptações, como a designação de antigo vice-presidente ou ex-vice-presidente e a atribuição de uma viatura não inferior à de um ministro em exercício para as funções oficiais deste.

Findo o mandato, quer o ex-Presidente da República quer o ex-vice-presidente e os respectivos cônjuges, estão sujeitos aos deveres de sigilo e confidencialidade, assim como ficam impedidos do exercício de cargo em entidades privadas durante o período de cinco anos, a contar do fim das funções.



Economia/Política

BRASILEIROS

AEBRAN pede celeridade para vistos de trabalho

A Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN) apela por menos entraves burocráticos na concessão de vistos de trabalho em Angola, por considerar tratar-se de um país novo que ainda precisa de muita mão-de-obra estrangeira.

A posição foi divulgada pela presidente da Associação, Arlete Holmes Lins, ao VALOR, durante um 'happy hour' que juntou vários empresários brasileiros. Arlete Holmes Lins declarou que os empresários em Angola precisam de uma forma geral de uma legislação "mais flexível", com destaque para as taxas fiscais que "são excessivas" que impedem e inviabilizam o crescimento.

"Muitos desses entraves hoje devem ser discutidos com a sociedade. Há regras e normas que não devem ficar apenas no Governo. O Governo precisa de ouvir a sociedade", referiu a empresária, que está em Angola há cerca de 30 anos.

A AEBRAN, para além de discutir os entraves e as taxas fiscais, tem feito contactos e tem sido contactado por bancos para ampliar as linhas de crédito para os associados, segundo garantiu a sua responsável máxima, tendo acrescentado que a associação está a traçar estratégias com os bancos de como se fazer o fornecimento desses créditos.

Devido à crise que começou a evidenciar-se mais nos meados de 2015, a associação está a recolher informações para apurar o número de empresários brasileiros que estão a actuar em Angola e os que abandonaram a actividade.

Fundada em 2003, a AEBRAN tem cerca de 50 associados e tem, por objectivo impulsionar as políticas das empresas brasileiras que actuam no mercado angolano, colaborando nas estratégias de investimento e no desenvolvimento socioeconómico do país.

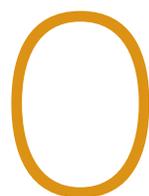


INCREMENTO PODE ATINGIR MAIS 70 MILHÕES USD

Israel negocia aumento de seguro de risco político

PARCERIAS. País do médio oriente garante ter já disponibilizado cerca de 120 milhões de dólares para assegurar o 'risco político' em Angola, visando o incremento do investimento israelita no mercado nacional. Estados sentaram-se recentemente à mesma mesa para estabelecer novas parcerias empresariais.

Por Valdimiro Dias



Estado de Israel está a negociar com as autoridades angolanas o aumento do valor do seguro de risco

político, criado por aquele país, para impulsionar actividades empresariais de investidores israelitas no mercado nacional.

A revelação é do presidente da Câmara de Comércio Israel-Angola, Hain Taib, que declarou que o seu governo já disponibilizou, até ao momento, 120 milhões de dólares de seguro de risco político para financiar o crédito da banca nacional, destinado ao fomento da actividade empresarial.

Hain Taib, que falava durante o I fórum empresarial entre Angola e Israel, decorrido recentemente, em

Luanda, garantiu que existe a possibilidade, por parte de seu país, de se alargar o valor do seguro em causa para 50 ou 70 milhões de dólares adicionais, nos próximos tempos.

O empresário manifestou a vontade de os israelitas investirem em Angola, mas apelou às autoridades angolanas para a aposta na capacidade financeira da classe empresarial local, através do reforço do crédito bancário, para permitir a aquisição de maquinaria e de recursos profissionais.

Por sua vez, o embaixador de Israel em Angola, Oren Rosenblat, anunciou que o seu país deverá investir mais de 20 milhões de dólares, nos próximos tempos, em vários sectores da actividade económica em Angola. "Temos muito potencial comercial entre Angola e Israel. Neste momento, os números não são muitos altos, porque, em 2016, foram movimentados cerca de cinco milhões de dólares, mas

MEMORIZE

- As exportações daquele país para Angola cifraram-se, em 2014, em cerca de 64 milhões de dólares, distribuído em maquinaria, metais, transportes, plásticos e borracha, instrumentos, têxteis, vegetais, produtos alimentares e produtos químicos.

perspectivamos aumentar este valor nos próximos anos", garantiu.

O embaixador de Angola em Israel, Feliciano António dos Santos, indicou, por seu lado, que as parcerias bilaterais devem ser direccionadas para as pequenas e médias empresas, de modo a incentivar o empresariado nacional privado, fomentando o seu desenvolvimento e a criação de mais empregos.

O diplomata considera que as pequenas e médias empresas têm sido os principais suportes de sus-

tentação das economias modernas, incluindo as dos países desenvolvidos, por contribuírem para a redução do desemprego.

O I fórum empresarial entre Angola e Israel permitiu trazer, ao mercado nacional, 15 empresários do país do médio oriente que actuam em diversos sectores de actividade em busca de parcerias locais.

Israel é considerado um dos países mais avançados do sudoeste da Ásia em matéria de desenvolvimento económico e industrial, segundo o Banco Mundial.

As exportações daquele país para Angola cifraram-se, em 2014, em cerca de 64 milhões de dólares, distribuídos em maquinaria, metais, transportes, plásticos e borracha, instrumentos, têxteis, vegetais, produtos alimentares e produtos químicos. Já Angola exporta, sobretudo, diamantes e petróleo para o mercado israelita.



O MINISTÉRIO dos Transportes receberá um crédito adicional, no Orçamento Geral do Estado de 2017, de mais de 30 mil milhões de kwanzas, para suportar as despesas no âmbito do Programa de Investimento Público.



LUANDA VAI CONTAR, nos próximos tempos, com um Laboratório Central de Água, um investimento de 13,7 milhões de dólares, para a avaliação e monitorização da qualidade de água para o consumo.

NO PRIMEIRO SEMESTRE DESTE ANO

UTIP aprova contratos de mais de 21 mil milhões USD

INVESTIMENTO PRIVADO. Sector produtivo é o que mais recebe propostas de investimento. Agricultura, indústria, turismo, logística e transportes estão entre as áreas que mais se destacam.

Por Isabel Dinis

A Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP) aprovou, até ao primeiro semestre deste ano, 42 projectos, cujos contratos rondam os mais de 21 mil milhões de dólares, informou, em Luanda, o director da instituição. Norberto Garcia explicou

que os projectos aprovados “não são contratos de compra e venda”, esclarecendo que as várias fases de implementação deverão consumir entre 34 e 36 meses, de acordo com a dimensão de cada projecto. O sector produtivo é o que mais recebeu propostas de investimento, com destaque para as áreas da agricultura, indústria, turismo, logística e transportes.

O sector da energia, segundo a UTIP, também “tem merecido atenção”. A empresa Tidiane Trading é a promotora do último projecto aprovado e que já se encontra



Norberto Garcia,
director da UTIP

em implementação, com um orçamento de 10 milhões de dólares.

Em comparação ao período homólogo, a UTIP avança que não houve qualquer variação em número

de projectos, uma vez que, nos primeiros seis meses de 2016, a instituição também havia aprovado 42 projectos. Para os próximos meses, prevê-se, no entanto, algum cres-

cimento. “Todos os dias, a UTIP recebe propostas de investimento privado e temos reuniões alargadas sobre investimento privado, no país, o que faz crer que as intenções para se investir em Angola não decaíram com a crise”, enfatizou Garcia.

O director da UTIP defendeu uma melhoria da tabela de incentivos e benefícios fiscais, de modo a que o país possa atrair mais investimento privado e facilitar o investidor, tendo considerado, entretanto, que “o país está no caminho certo”, no sentido de obter “mais reputação nacional e internacional para as instituições de investimento privado”.

Criada em Setembro de 2015, depois de extinta a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), a UTIP é o órgão competente para a recepção e análise das propostas de investimento privado de montante superior ao contravalor em kwanzas equivalente a 10 milhões de dólares.

SEGUNDO RELATÓRIO DO INE

Inflação com menor subida em 12 meses

A taxa de inflação registou, em Maio, o valor mais baixo no último ano, o quinto mês consecutivo de descidas, com o acumulado a 12 meses a baixar para 32,58%. A informação consta do relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o comportamento da inflação. Os preços de Abril para Maio subiram 1,60%, enquanto no mês anterior a subida foi de 1,80%. Já em Março o nível de preços aumen-

tou 1,91% e em Fevereiro 2,30%. A subida do nível de preços em Maio foi influenciada pelos sectores do mobiliário, equipamento doméstico e manutenção, com 3,41%, os transportes (3,22%), saúde (2,98%) e bens e serviços diversos, com 2,81% de aumento face a Abril.

As subidas de preços, no último mês, foram lideradas pelas províncias do Zaire com 2,11%, Uíge (1,96%), Benguela (1,95%), Kuando Kubango (1,92%), e Lunda-Norte com 1,86%. Em Luanda, os preços subiram de Abril para Maio 1,76%, enquanto o acumulado a 12 meses



baixou para 34,08%. O pico da inflação mensal, neste período, registou-se em Julho de 2016, quando, no espaço de um mês, os preços registaram um aumento médio de 4%.

Entre Janeiro e Dezembro do ano passado os preços subiram praticamente 42%, segundo os relatórios anteriores do INE sobre o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN). Nos últimos 12 meses, até Maio, a inflação acumulada desceu dos anteriores 34,80%, até Abril para 32,58%.

Mesmo com essa descida, o valor da inflação a um ano está

ainda muito acima da previsão de 15,8% para o período entre Janeiro e Dezembro que o Governo inscreveu no Orçamento Geral do Estado de 2017.

Desde Setembro de 2014 que a inflação não pára de aumentar como consequência da crise económica e da escassez de divisas que dificultou a importação de matérias-primas e bens essenciais.

O país chegou o ano passado a registar quebras de ‘stock’ em muitos supermercados e casos de restrições de compras nos bens da cesta básica.

Economia/Política

A PARTIR DESTE ANO

Bancos angolanos obrigados a divulgar contas de cidadãos dos EUA

COMPLIANCE. Entra em vigor, nos próximos dias, um decreto presidencial que obriga os bancos angolanos a partilharem informações sobre rendimentos e saldo de contas de cidadãos dos EUA em Luanda. A medida abrange angolanos com passaporte americano e que tenham contas abertas nos EUA. O objectivo é combater a evasão fiscal e a lavagem de dinheiro.

Por Nelson Rodrigues

Os 30 bancos comerciais angolanos passam a estar obrigados, dentro de dias, a declarar informações sobre os rendimentos de cidadãos e investidores dos Estados Unidos da América (EUA) com contas bancárias em Angola, no quadro de um acordo sobre operações fiscais assinado há dois anos entre os Governos de Luanda e de Washington, soube o VALOR de várias fontes bancárias.

Depois de aprovado, em Maio último pelo Conselho de Ministro, o regime jurídico sobre a troca de informações de relevância fiscal, ao abrigo do FATCA – Foreign Account Tax Compliance –, o documento está agora a caminho da Assembleia Nacional, que, nos próximos dias, deve aprovar o instrumento, para ser promulgado pelo Presidente da República também neste ano.

Esta garantia já foi confirmada ao VALOR por vários bancos, que começam a assinar e a enviar os primeiros dados financeiros à Administração Geral Tributária (AGT) já no final deste ano, precisamente a 30 de Dezembro. Uma iniciativa que foi saudada pelos gestores, a avaliar pela reaproximação dos sistemas financeiros angolano e norte-americano.

O Banco Angolano de Investimento (BAI), por exemplo, já reagiu e vê na adesão ao FATCA um mecanismo de aproximação da banca nacional aos congêneres dos Estados

Unidos da América. “Vamos passar a reportar para a Administração Geral Tributária e a AGT vai reportar para os congêneres dos EUA os rendimentos de cidadão norte-americano em Angola”, explicou o administrador João Fonseca, apontando para breve a entrada em execução da medida.

É a primeira vez que os bancos angolanos vão passar a ‘falar’ directamente com bancos dos EUA, sobre questões de natureza fiscal que envolvam cidadãos norte-americanos e angolanos com passaporte daquele país, acordo que, segundo o gestor do BAI, abre a Angola vantagens para o sistema financeiro.

“O sistema financeiro angolano seria penalizado

se não aderisse a esta medida. Ou seja, os bancos lá fora podiam recusar-se a trabalhar com bancos em Angola, caso não houvesse esta adesão”, acentua Fonseca, que, ao VALOR, não escondeu a satisfação ao acordo e das “vantagens” que pode trazer à banca.

FATCA É SÓ UMA ETAPA

Os economistas Yuri Quixina e António Chadli ‘Kamané’ consideram a iniciativa mais um entre os vários passos que Angola precisa de seguir na busca de confiança ao sistema financeiro internacional.

Ao avançar com a promulgação da medida ‘FATCA’, Angola revela que está interessada em fazer reformas no seu sistema financeiro, segundo Yuri Quixina, que chamou por “pisar de olho” às autoridades norte-americanas a aplicação por Angola da nova medida fiscal.

“Sabemos que, basicamente, os correspondentes norte-americanos cortaram as ligações [com Angola] e exigem que o sector financeiro faça reformas. E uma das formas de pisar o olho aos americanos é, de facto, colocar essas regras no nosso sistema financeiro. Com esta regra, os americanos que estão em Angola e não declaravam os rendimentos passam a declarar para que o fisco americano possa capturar esses rendimentos”, entende o também analista financeiro e consultor Yuri Quixina.

FUGIR AO ‘PARAÍSO FISCAL’

Já o especialista em negócios António Kamané olha para o acordo como uma forma de se aumentar a transparência nas operações dos cidadãos dos dois países em matérias de fiscalidade, além de combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

“A vantagem, enquanto angolanos, é que Angola passa a não ser vista como um paraíso fiscal, e por outro lado, é podermos também obter informações de eventuais cidadãos ou empresas angolanas com contas nos EUA e que não estejam a cumprir com as suas obrigações fiscais em Angola”, considera o analista, para quem o combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo é a medida de base do acordo.



Por dentro da lei

O FATCA tem como objectivo evitar a fuga e evasão fiscal de sujeitos passivos norte-americanos (U.S. Persons), em particular no que respeita ao pagamento de impostos sobre rendimentos auferidos ou ganhos sobre investimentos efectuados noutros países fora dos EUA. Este regime determina que as Entidades Financeiras Estrangeiras (Foreign Financial

Institutions – FFI) não residentes nos EUA devam estabelecer acordos com as autoridades fiscais norte-americanas, no âmbito da qual as FFI não residentes se comprometem a identificar os clientes que sejam considerados cidadãos norte-americanos (US Persons) e proceder ao envio de reportes sobre o património detido pelos clientes que sejam US Person.

O MERCADO DE BOLSA de Títulos de Tesouro realizou, em Maio, 129 negócios, mais 52% face a Abril, 104 dos quais ocorreram em ambiente multilateral e os restantes em ambiente bilateral de pós-negociações, de acordo com um balanço da BODIVA.



O BANCO SOL JÁ DISPONIBILIZOU, até ao momento, um valor global de 150 milhões de kwanzas em microcréditos, para apoiar os programas dirigidos aos jovens empreendedores, revelou o CEO da entidade, Coutinho Nobre Miguel.



PARA PROMOVER INCLUSÃO FINANCEIRA

BNA 'proíbe' bancos de cobrar por abertura de contas, transferências e emissão de multicaixa

BANCA. Bancos estão impedidos, desde finais de Março, de fazer cobranças a serviços bancários mínimos, por iniciativa do banco central, que justifica a medida com a necessidade de trazer mais famílias ao sistema financeiro.

Por Nelson Rodrigues

Um aviso do Banco Nacional de Angola (BNA) distribuído às instituições financeiras bancárias proíbe a cobrança pelos bancos de um conjunto de “serviços bancários mínimos”, que inclui a abertura de contas, transferências interbancárias, consultas de saldo e de extractos.

A medida está acomodada no

aviso nº03/2017, que define o que são “serviços mínimos bancários” e estabelece isenção a vários serviços bancários achados mínimos pelo regulador, assim como as condições de apresentação.

“É vedada às instituições [bancárias] a cobrança de comissões ou qualquer outro tipo de remuneração pela prestação dos serviços mínimos bancários previstos no número 1 do artigo 4.º do presente aviso”, impõe a entidade reguladora, no documento assinado pelo seu governador, Valter Filipe.

Fonte do BNA explicou ao VALOR que a medida vem “favorecer a popu-

lação e não prejudicar”, acrescentando que estão abrangidos pelo aviso do órgão supervisor os “serviços mínimos prestados na maior parte das vezes por clientes de baixa renda, independentemente do benefício de outros com maior capacidade financeira”. Uma estratégia que prevê integrar mais famílias ao sistema financeiro.

Consideram-se serviços mínimos bancários todos os serviços básicos e essenciais, que permitem a utilização das contas bancárias de forma simples, segundo uma definição do banco central, no artigo nº3, do mesmo aviso.

De acordo com a medida, passam ainda a beneficiar de isenção de

comissões de serviços as operações com a manutenção e encerramento de contas de depósito a prazo e de contas poupança dentro dos prazos contratualizados, abertura e encerramento de conta de depósito à ordem e as operações com movimentos de conta através das caixas de pagamento automático (ATM, na sigla em inglês) e banca electrónica.

Tratar cartões de débitos ‘multicaixas’, para a movimentar todos os tipos de conta, também deixa de ser pago, assim como levantar, no mínimo, cinco cheques por cada conta, e levantar valores na agência e dependência da instituição e por via dos ATM.

Estão ainda isentos de comissões de serviços a “manutenção de conta com domiciliação de salário, movimentação da conta através de ATM e banca electrónica, e transferências intrabancárias nacionais na moeda da conta, através de ATM e banca

electrónica”, determina o BNA, pelo aviso de 3/17, publicado na primeira série do Diário da República de nº 51 de 30 de Março de 2017.

BNA VAI FISCALIZAR

No aviso em vigor desde finais do primeiro trimestre, o banco central adverte, no entanto, que as entidades que incumprirem a directiva serão obrigadas a corrigir as irregularidades, sem especificar, entretanto, a que correcções estarão sujeitas as entidades.

“Nos casos em que não for observado o cumprimento da isenção de cobrança das comissões tal como disposto no artigo 5.º do presente aviso, o Banco Nacional de Angola determinará que a instituição em causa proceda à correcção das irregularidades praticadas”, lê-se no fim da medida, que prevê também, para os clientes, a apresentação das reclamações “por escrito e fundamentadas”.

QUASE TRÊS MESES PASSADOS DESDE QUE TOMOU POSSE

Ricardo d'Abreu 'namora' bancos estrangeiros em quatro praças europeias

Uma delegação do Banco de Poupança e Crédito (BPC), chefiada pelo seu presidente, Ricardo d'Abreu, está em viagem pela Europa desde o início da semana passada, uma missão que tem por estratégia reconquistar a relação do banco com parceiros financeiros internacionais.

De acordo com o banco, o objectivo é retomar, a curto prazo, os contactos que a entidade bancária participada pelo Estado teve com congéneres europeias, além de um programa de encontros com um número de instituições financeiras de desenvolvimento e apoio à promoção das exportações.

Quase a completar três meses desde que tomou posse, o novo conselho de administração seleccionou, na primeira viagem ao estrangeiro, quatro destinos, precisamente a Alemanha, França, Espanha e Portugal, de onde sairão entidades bancárias para se religarem ao BPC.

“Estreitar as relações institucionais, potenciando o papel de banco operador do BPC para o Estado angolano, quer no suporte às operações de financiamento ao programa do Executivo de investimento em infra-estruturas, a nível do PIP, quer no apoio ao desenvolvimento do sector privado, potenciando o segmento das PME e a diversificação das exportações nacionais, é o principal objectivo deste “road show”, justifica o presidente do



banco, em nota dirigida ao VALOR.

Segundo o banco, é também objectivo dessa digressão mostrar aos parceiros dos países seleccionados que o foco do BPC é sobretudo no domínio comercial, além de vários resultados

que podem advir da relação. “Queremos demonstrar aos responsáveis financeiros e empresariais alemães, franceses, espanhóis e portugueses com quem vamos reunir que o BPC está focado na eficácia comercial e na

eficiência operativa do negócio e nos resultados daqui resultantes”, explica.

O banco associa aos objectivos da viagem um conjunto de iniciativas, que vão desde “informar os interlocutores da comitiva do sobre as operações bancárias correntes e as linhas de crédito disponíveis para a importação de bens; identificar e avaliar oportunidades de investimento bilateral; e estimular a criação de programas de cooperação com base na formação on-job e na troca de experiências designadamente na área de ‘compliance’ e de gestão de risco”.

“O BPC pretende actuar com pragmatismo e foco em resultados tangíveis, que se traduzam em benefícios mútuos, procurando com segurança, confiança e transparência assegurar o normal relacionamento do Banco com os seus principais parceiros internacionais”, conclui o gestor número um do banco que encerrou o exercício financeiro do ano passado com o primeiro prejuízo dos últimos 16 anos. Uma perda que foi justificada com a constituição de 72,7 mil milhões de kwanzas para o crédito perdido (por imparidades) e provisões para eventuais perdas.

Mercado & Finanças

TRÊS ANOS DEPOIS E SUCESSIVAS OBSERVAÇÕES

VTB ‘acata’ recomendação dos auditores e alarga capital para mínimo legal

BANCA. Pressão dos auditores externos força accionistas do banco de origem russa, participado em quase 50% por Carlos Sumbula, a aumentarem mais 1.100 milhões de kwanzas aos anteriores 1.400 milhões, interrompendo quase três anos e meio de violação às regras do banco central. Auditores apanham novas ‘insuficiências’ ao balanço de 2016.

Por Nelson Rodrigues

Os accionistas do Banco VTB África decidiram subir o capital social para 2,5 mil milhões de kwanzas, no primeiro trimestre deste ano, três anos depois de várias recomendações dos auditores externos e sucessivos incumprimentos às obrigações do Banco Nacional de Angola (BNA), de acordo com as notas da auditoria externa às contas da entidade relativas aos últimos três anos.

Até Dezembro do ano passado, o banco fechou três anos de incumprimento ao exigido pela lei das instituições financeiras quanto ao capital social mínimo, tendo operado, por mais de três anos, com um capital social abaixo dos 2,5 mil milhões de kwanzas, o mínimo legal.

Só em Março deste ano é que os donos do banco decidiram injetar capital, com uma soma de 1.100 milhões de kwanzas, precisamente

1.100.000.000, passando para os exigidos 2,5 mil milhões de kwanzas (2.500.000.000), interrompendo, deste modo, perto de três anos e meio de violação às regras do negócio bancário angolano.

Integram o grupo de accionistas do VBT África o Banco VTB Moscovo, com uma participação de 50,1%, o gestor angolano António Carlos Sumbula, com 49,87%, e mais três accionistas individuais, designadamente Robim Manuel Quimbala, Miguel António Chambole e José Luís Alves, que reparam os restantes 0,03%.

O aumento de capital segue-se a várias recomendações de dois diferentes auditores externos, nomeadamente a PricewaterhouseCoopers Angola (PWC) e a Ernest & Young (EY), que, em três anos, não pouparam opinião para a necessidade de o banco reforçar capital de acordo com o exigido na lei.

O aumento de capital social para 2,5 mil milhões não travou novas reservas às contas. No parecer às contas de 2016, foram descobertas mais reservas, desta vez, sob a chancela dos peritos da EY, que, apesar de saudarem iniciativa do reforço de capital, não passaram ao lado das ‘insuficiências’



MEMORIZE

● Os lucros deram um salto de mais de 80%, ao sair de 2.103 milhões de kwanzas, em 2015, para 3.810 milhões, influenciado pelo aumento dos rendimentos de serviços e comissões.

quanto à aplicação de dois avisos e um instrutivo do BNA, relativas à governação corporativa e controlo interno.

“Verificámos, através dos procedimentos de acompanhamento realizados, que ainda existe um conjunto de funções, políticas e procedimentos que não se encon-

tram devidamente implementados e/ou formalizados, pelo que ainda não se encontram integralmente cumpridos os requisitos definidos nos avisos nº1/2013 e 2/2013, de 19 de Abril, e do instrutivo nº1/2013, do BNA”, apontam os técnicos da EY, que chamam ainda a atenção para um plano de negócios do VTB que “não apresenta a definição da estratégia global do banco, objetivos do negócio e riscos”.

BANCO ‘ENGORDA’ ESTRUTURA

Apesar das novas recomendações dos auditores externos às contas do banco que tem raiz na Rússia, a actividade do banco no ano passado foi marcada por crescimento dos principais indicadores financeiros. É o caso do activo que, de Janeiro a Dezembro, cresceu 73% face ao período homólogo anterior, motivado pelo aumento da rubrica de ‘disponibilidades’, “fruto de uma maior captação de recursos de clientes”.

No relatório de gestão, a administração do banco lembra que, apesar do crescimento do activo, várias acções ficaram impedidas de avançar, ainda na sequência das sanções que os EUA e a União Europeia aplicaram a esse gigante russo por alegado patrocínio às acções de guerra aos rebeldes no leste da Ucrânia, em 2014. Medida que abrangeu ainda ao Banco de Agricultura da Rússia e a empresa United Ship Building.

“Este facto dificultou as relações com as instituições financeiras estrangeiras, com as quais terminámos diversas relações. As sanções continuaram a vigorar ao longo de 2016”, admite a gestão.

Já os lucros deram um salto de mais de 80%, ao sair de 2.103 milhões de kwanzas, em 2015, para 3.810 milhões, influenciado pelo aumento dos rendimentos de serviços e comissões.



- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Empresas & Negócios

NACIONAIS ESTARÃO AINDA NO CONTROLO

Movicel terá sido vendida a empresários russos



NO HUAMBO

Dívidas à ENDE ascendem a mil milhões kz

Cerca de 1,5 mil milhões de kwanzas é o valor que os clientes, entre consumidores individuais, instituições públicas e privadas, devem à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), no Huambo, tendo registado um aumento de mais de 113,6 milhões de kwanzas, desde Fevereiro último.

A informação foi avançada à Angop, pelo director provincial da ENDE, Noé Mota Chitata, tendo explicado que a dívida resulta do não pagamento do consumo de energia por parte dos consumidores na cidade capital, Caála e Bailundo.

O responsável disse ainda que a direcção tem levado a cabo campanhas de sensibilização, de modo a recuperar a dívida.

Noé Mota Chitata frisou que os consumidores devem cultivar o espírito de pagar os serviços públicos, que possibilitam ao Governo realizar outros investimentos para melhorar a qualidade de vida das populações, a exemplo da instalação da nova Central Térmica do Belém, que vai reforçar a distribuição de energia.

O responsável mostrou-se igualmente preocupado com os casos de vandalismo que se registam nos postos de transformação e nas redes de baixa tensão, principalmente nas zonas suburbanas do Huambo e Caála, motivando restrições no fornecimento.

A ENDE, no Huambo, controla 20 mil e 646 consumidores no sistema pré-pago e 36 mil e 418 no pós-pago.

TRANSACÇÃO. Direcção da Movicel mantém sigilo sobre a questão e não reagiu às diligências do jornal para confirmar o negócio.

Por Valdimiro Dias

Parte das acções da Movicel poderá ter sido adquirida por uma empresa de capitais russos, revelou uma fonte afectada à empresa, que relata um clima de apreensão e preocupação entre os trabalhadores quanto ao seu futuro.

Segundo uma fonte, o pessoal da operadora de telefonia móvel desconhece os meandros do acordo, sobretudo a percentagem das acções que terão sido alienadas aos russos. Mas outra fonte assegura que a “posição estratégica” da empresa na economia nacional leva a crer que o controlo da mesma permanece nas mãos de investidores nacionais.

A privatização da operadora ocorreu em 2009 a favor da Portmil Investments (40%), Modus Comunicare (19%), Ipang (10%), Lambda Investments (6%) e Novatel S.A. (5%). Detêm os restantes 20% a Angola Telecom (18%) e Correios de Angola (2%).

O negócio terá ficado avaliado em 200 milhões de dólares, um valor considerado baixo por analistas de mercado, que teriam avançado 500 milhões como preço justo pela transacção.

A companhia era detida pelo Estado angolano, representado pela Angola Telecom, com 99% das acções, e pelos Correios de Angola, o restante 1%.

Ao VE, a responsável do departamento de comunicação e imagem da Movicel, Grazielle Barbosa, prometeu emitir o posicionamento da empresa



500

Milhões USD, valor que vários especialistas calcularam como “justo”, por altura da privatização da Movicel

99%

Proporção do Estado na Movicel antes da privatização da empresa.

200

Milhões USD, valor por que foi vendida a empresa, em 2009, a operadores privados

foi outra preocupação levantada, facto que tem gerado muitas reclamações por parte dos usuários da operadora. Um estudo da empresa de pesquisa MIRA, afecta ao grupo Ucall, divulgado no ano passado, indica que a Movicel tem um índice de desaprovação pelos clientes pelos clientes de 11,2%. O mesmo levantamento indica que a Movicel tem registado maiores índices de desaprovação dos clientes em relação à sua concorrente Unitel, devendo-se isso ao deficiente funcionamento do serviço de atendimento ao cliente (um número significativo nunca ter sido atendido), má qualidade da rede, lentidão da Internet e má taxaço.

até sexta-feira passada, o que não aconteceu até ao fecho da presente edição do jornal, nesse mesmo dia.

Segundo a fonte que vimos citando, também preocupa os trabalhadores o provável encerramento de lojas e o processo em curso de redução de pessoal, levando-os a acreditar que os resultados financeiros no último ano não sejam tão animadores.

A queda da qualidade do serviço

MEMORIZE

- A privatização da operadora ocorreu em 2009 a favor da Portmil Investments (40%), Modus Comunicare (19%), Ipang (10%), Lambda Investments (6%) e Novatel S.A. (5%). Detêm os restantes 20% a Angola Telecom (18%) e Correios de Angola (2%).

AS EMPRESAS da construção civil devem buscar a acreditação para serem mais competitivas e contribuir para a segurança e melhoria da qualidade de vida da população, alertou o secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor.



UMA DELEGAÇÃO empresarial italiana do sector das pescas e salinas reuniu-se com os seus homólogos angolanos na Baía Farta, em Benguela, num encontro para a troca de experiências e contactos para futuras parcerias.

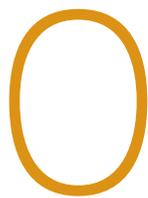


DELEGAÇÕES PROVINCIAIS SERÃO APETRECHADAS

Entreposto Aduaneiro investe mais de 7 milhões USD em novos meios

INVESTIMENTO. Delegações provinciais vão receber novos equipamentos, numa altura em que empresa pública, atrelada ao Ministério do Comércio, prevê atingir 45 milhões de dólares com importação de produtos da cesta básica, neste primeiro semestre.

Por António Miguel



O Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA) investiu, este ano, mais de sete milhões de dólares na compra de novos equipa-

mentos e meios rolantes para as suas delegações do Namibe e Huambo, bem como, para a sede, em Luanda.

Trata-se da aquisição de três câmaras frigoríficas de 'grande porte' e 20 camiões atrelados. Segundo fonte ligada à empresa pública, afecta ao Ministério do Comércio, os meios importados deverão chegar ao país em breve, sendo que cada uma das delegações citadas terá uma câmara frigorífica, enquanto os novos camiões vão juntar-se aos 20 já em operação,

perfazendo 40. "É um investimento à volta de 7,5 milhões de dólares e, até ao fim do ano, vamos colocar estes equipamentos em funcionamento", calcula a fonte.

Com as compras das novas câmaras frigoríficas, a empresa pública de comércio de produtos da cesta básica pretende ampliar a sua rede de frio com um total de 1.300 metros cúbicos para produtos congelados e frescos.

Para o primeiro semestre, a empresa deverá fazer uma importação na ordem dos 45 milhões de dólares de bens alimentares da cesta básica.

No final de 2016, o conselho de administração do EAA, presidido por Joffre Van-Dúnem, submeteu uma proposta ao Ministério do Comércio, no quadro do seu plano estratégico, para a expansão de novos centros de armazenagem da empresa, eventualmente através da requalificação de estruturas já existentes, a identificar



Joffre Van-Dúnem,
PCA do EAA

Mário Mujetes © VE

em Malanje, Uíge e Cunene.

O investimento insere-se no plano de aumento da cobertura nacional da actividade do Entrepósito Aduaneiro de Angola e no Programa de Expansão da Rede Comercial do Executivo. A firma aposta ainda na embalagem

de arroz, feijão e açúcar em sacos de um, dois e cinco quilos, com marca própria. A primeira linha de embalagem será instalada na sede da empresa, em Luanda, no valor de 225 milhões de kwanzas, através de um financiamento bancário, via 'leasing'.

MEMORIZE

● O Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA) é uma empresa do Estado, que surgiu da necessidade de regulamentar os preços e garantir a qualidade e o abastecimento de bens essenciais à população. Criado em Outubro de 2002, a sede do EAA está localizada em Luanda, tendo delegações nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e Namibe.

45

milhões de dólares é valor previsto para a importação de bens da cesta básica, no primeiro semestre.

O Entrepósito Aduaneiro de Angola fechou as contas de 2016 sem qualquer reserva registada pelos auditores interno e externo e submeteu-as à aprovação ao Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP).

EM CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

Sonangol reforça regras de contratação de serviços



A partir de 1 de Julho começam a vigorar as novas regras de contratação de serviços e fornecimentos a terceiros para a Sonangol Holding e as subsidiárias afectas ao grupo, anunciou, na semana pas-

sada, a Sonangol, em comunicado.

De acordo com o documento, nenhum fornecimento de bens ou serviços deverá ser iniciado sem o recebimento de um pedido de compra, sob pena de a Sonangol não se responsabilizar pelo pagamento de equipamentos, serviços ou materiais cujas facturas não estejam de acordo com o pedido de compras ou contrato assinado.

A empresa refere que "a existência de um contrato formal é a única forma de garantir a transparência das obrigações assumidas entre aquela empresa e o fornecedor", ficando definido que não é autorizado o início de qualquer serviço ou fornecimento de materiais cuja confirmação seja realizada informalmente.

O comunicado esclarece ainda que o procedimento visa assegurar

a garantia de cumprimento com os requisitos legais e fiscais associados ao registo e pagamento de facturas a fornecedores ou prestadores de serviços por parte da Sonangol E.P. e suas subsidiárias.

Além disso, visa também melhorar os processos internos da Sonangol com vista ao cumprimento das suas obrigações financeiras para com os seus parceiros, nos prazos devidos.

Empresas & Negócios



Accionistas minoritários
dizem que dívida deve ser paga
por Matos Cardoso

EM LUANDA

Mota-Engil vai restaurar fortaleza

O Governo vai gastar 37,7 milhões de dólares para contratar a construtora portuguesa Mota-Engil para efectuar obras de restauro e apetrechamento ao Forte de São Francisco do Penedo, na província de Luanda, indica um despacho presidencial de 14 de Junho, citado pela Lusa.

O documento aprova igualmente a prestação de serviços de análise dos projetos e fiscalização da empreitada a cargo da empresa DAR Angola Consultoria, no valor total de 1,8 milhões de dólares.

O edifício da Fortaleza do Penedo encontra-se sob tutela do Ministério da Cultura. Foi classificado, em 1992, como património histórico-cultural nacional e é um monumento construído há séculos para o reforço da defesa da cidade de São Paulo de Assunção de Loanda, no período colonial português, onde era forte o tráfico de escravos para a América.

Entre 1933-1974, o forte chegou a ser Casa de Reclusão Militar, passando a ser utilizado após 1961, ano de início da Luta de Libertação Nacional, como prisão militar, função que se manteve um pouco depois da independência, a 11 de Novembro de 1975.



CONTAS COM OS TRABALHADORES

FIL de Matos Cardoso já deve mais de 110 milhões kz

DÍVIDAS. Trabalhadores da FIL voltam às “revelações” e dizem que empresa deve milhões de kwanzas. As dívidas referem-se aos salários de 15 meses e aos subsídios de natal e férias.

Por Isabel Dinis

Os 67 trabalhadores da FIL, empresa que realizava a maior bolsa de negócios de Angola, FILDA, endereçaram aos accionistas da FIL uma lista com mais de um ano de salários em atraso que ascendem aos 110,9 milhões de kwanzas.

A lista soma o salário líquido, o subsídio de natal e o subsídio de férias, com os valores contabilizados até Junho deste ano. Somente a dívida referente a 15 meses de salários em atraso corresponde a 104.019.233 milhões de kwanzas, enquanto a que se refere aos subsídios de férias e de natal ficou calculada em 6,8 milhões de kwanzas, no total.

A lista endereçada aos accionistas reporta-se ao mês de Março, somando apenas, na altura, 12 meses. Volvidos mais de três meses, a situação mantém-se, no entanto, inalterada, o que resultou no aumento do valor da dívida até Junho.

A lista segue com um ofício da Comissão de Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos da Assembleia Nacional anexada à resposta do ministro da Economia à Assembleia Nacional (AN) para os accionistas maioritários da FIL e os minoritários, banco BAI, BPC e o Instituto de Fomento Empresarial Público (ISEP). No ofício, a AN solicita que os accionistas tomem as “providências pertinentes” para que os salários e outros direitos dos trabalhadores sejam liquidados.

Uma fonte do ISEP abordada pelo VALOR fez saber que, tal como o Ministério da Economia (MINEC)

15

Total de meses de salários e subsídios em atraso na FIL

6,8

Milhões de kwanzas é o valor do subsídio de férias e de natal que a FIL tem que pagar aos trabalhadores.

declarou na anterior carta endereçada à AN, o instituto tem uma participação minoritária, sendo a gestão da FIL, liderada por Matos Cardoso, o accionista maioritário, significando, em termos concretos, que a questão dos salários e demais direitos dos trabalhadores da FIL “não é um assunto do Estado”.

“A situação da quota do Estado só foi regularizada no final do ano passado”, avançou a fonte, deixando claro que cabe à administração da FIL, na pessoa de Matos Cardoso, o dever de pagar os salários dos funcionários.

O VALOR tentou, tal como o fez na sua edição passada, contactar a administração da FIL, através de Matos Cardoso, mas sem sucesso.

Os trabalhadores da empresa completaram, neste Junho, 15 meses sem salários e sem a presença do administrador da empresa no espaço da FILDA. Agastados com a situação, a Comissão segue com um processo no tribunal contra Matos Cardoso e há apelos para que os outros accionistas possam liquidar os salários e outros benefícios a que têm direito.

A comissão de trabalhadores fez saber que a última carta foi endereçada, na terça-feira passada, ao accionista ISEP, da qual se aguarda uma resposta em breve.

A FILDA sofreu um interregno no ano passado devido à crise e à reduzida inscrição de expositores. Este ano, a feira volta, em Julho, mas em novos moldes e sob a promoção da empresa Arena Eventos.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

(In)formalizando



Na 'Casa Delas', serve-se no mínimo 15 pratos diários



Na Rosa Fernandes, serve-se mais de 70 take-away por dia.

'TAKE-AWAY NOSSO' DE CADA DIA

Refeições 'made in bairro' combatem desemprego

EMPREENDEDORISMO: Entrega de refeições ao domicílio está a tornar-se apelativo para pequenos empreendedores. Dependendo do capital inicial, clientes e tipo de contrato, rendimentos podem chegar até um milhão de kwanzas mensais.

Por Amélia Santos

Rosa Fernandes andava à procura do lugar ideal para montar um negócio e achou que debaixo do prédio em que reside, no bairro Valódia, serviria o propósito. Com um modesto capital inicial, instalou uma roulotte no local. Nasceu, assim, um pequeno negócio de comida rápida, ou 'take-away'.

O negócio de Rosa floresceu depressa. Clientes não era problema. Aliás, a frequência e o nível de exigências destes impuseram uma nova abordagem à iniciativa. Associou-se à mãe, tratou da documentação junto da administração local e passou a servir outras refeições para além de cachorros-quentes e hambúrgueres.

Hoje, a 'joint venture' entre mãe e filha tem contrato para entregas a cinco empresas, servindo entre 70 e 80 refeições diárias. Cobrem as zonas da Maianga, São Paulo, Combatentes, Valódia, Brigada, entre outras mais próximas.

Ambas são o exemplo de uma tendência que, não sendo nova de todo, tem, contudo, florescido

nos últimos tempos em Luanda. O empreendedorismo assente no estabelecimento de pequenos negócios garante algum retorno imediato e combate o desemprego, contornando as adversidades de uma economia que não dá mostras sólidas de melhorias, como explicam os próprios empreendedores.

São, fundamentalmente, pequenos restaurantes ou cozinhas doméstica com serviços de entrega ao domicílio (residência e escritório).

Os espaços empregam entre cinco e 10 pessoas de forma directa, entre cozinheiros, pessoal de limpeza e estafetas, estes últimos com vencimentos que se cifram dos 30 aos 50 mil kwanzas mensais.

Entre os clientes favoritos des-

100

Pratos, são servidos diariamente, na casa da tia Albertina.

1

Milhão de Kwanzas, rendimento médio mensal de Rosa Fernandes.

40

Mil kwanzas, valor investido na 'Casa Delas', no Yoji Ya Henda.

tes empreendedores estão funcionários de bancos, petrolíferas, lojas de comércio misto, clínicas, fábricas de bebidas e empresas de segurança.

Com as refeições a variarem também na qualidade, os preços oscilam entre os 500 e os mil kwanzas, sendo que, em alguns casos, o valor inclui já a taxa de entrega. Há casos, no entanto, em que o prato chega a 2.500 kwanzas.

E o negócio, garantem os pequenos empreendedores, é "rentável". O rendimento mensal de Rosa e sua mãe, por exemplo, chega até um milhão de kwanzas e as duas sócias explicam que o desenvolvimento e o sucesso da iniciativa dependem, sobretudo, do capital investido. "Clientes não faltam", diz Rosa.

Como em todo o desafio empreendedor, também existem perdas. Estas acontecem, por exemplo, quando se planifica a cozinha para 30 clientes num dia e apenas 15 ligam a confirmar.

“O segredo neste ramo é publicitar o negócio, oferecer melhores serviços e conquistar clientes em empresas.”



'Casa Delas', investiu 40 mil kwanzas para erguer o negócio.

As sócias Vanda Kimbamba, de 26, e Jocelina Cruz, de 28 anos, investiram 40 mil kwanzas para começar o negócio no Hoji Ya Henda, Cazenga, na 'Casa Delas'. Decorridos quatro meses, o duo de empreendedoras fornece refeições a seis empresas, as quais garantem uma facturação de perto de 100 mil kwanzas mensais.

Ganhos modestos que as levam a desejar mais. Para já, almejam candidatar-se a um empréstimo bancário, mas, por enquanto, precisam de acautelar alguns aspectos antes de darem tal passo.

Diariamente, servem em média mais de 20 pratos. De 700 kwanzas cobrados até recentemente,

MEMORIZE

● O preço de cada refeição os pequenos restaurantes take-away ou cozinhas domésticas vai de 500 a mil kwanzas, taxa de entrega incluída. Mas existem alguns mais caros também.

tiveram de subir para mil devido à instabilidade cambial que leva a que os seus principais fornecedores, no mercado, também reajustem os preços.

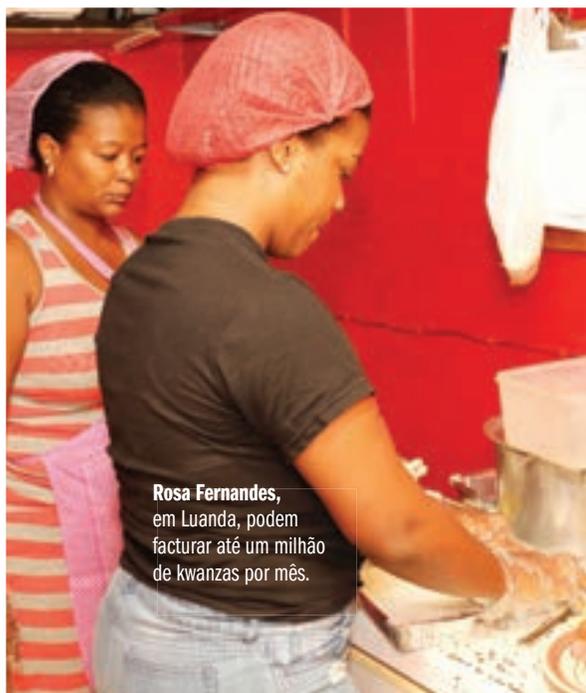
O maior desafio do momento é encontrar um espaço melhor para

o empreendimento.

Fazem entregas, de táxi, nos arredores do Cazenga, Cuca e Nocal. Albertina Flor, 60 anos?, serve para uma empresa de segurança de segunda a domingo. Sem descanso. São mais de 600 pratos, por 500 kwanzas cada um e emprega outras duas senhoras, a quem paga 50 mil kwanzas por mês. Labora entre às 5 horas da manhã e às 14.

Albertina assegura que o negócio “é rentável”, mas lamenta a subida constante dos preços nos mercados informais.

E nota que, para si, o segredo neste ramo é publicitar o negócio, oferecer melhores serviços e conquistar clientes em empresas.



Rosa Fernandes, em Luanda, podem facturar até um milhão de kwanzas por mês.



Manuel Tomás ©VE

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



De jure

DOCUMENTO PREVÊ DUAS VERSÕES DE LICENÇA

Novo regulamento para emissão do alvará industrial já vigora



INDÚSTRIA. Diploma visa desburocratização dos procedimentos administrativos associados ao licenciamento industrial, esclarecem os especialistas.

Por Redacção

Foi recentemente publicado, em Diário da República, o Decreto Executivo n.º 293/17, de 30 de Maio, que aprova o regulamento sobre a emissão, atribuição e uso do alvará de licença industrial. O diploma



pretende complementar o Decreto n.º 44/05, de 6 de Junho (Regulamento do Licenciamento Industrial), e visa a desburocratização

dos procedimentos administrativos associados ao licenciamento industrial, esclarecem os analistas da ALC Advogados, num artigo publicado sobre a matéria no seu portal de internet.

A ALC Advogados reitera, no seu artigo, que o regulamento em causa estabelece que o pedido de alvará de licença industrial seja efectuado através da plataforma SILAI. Contudo, lembram os analistas, sempre que esta pla-

taforma não se encontre operacional, o pedido, a produção, a emissão e a entrega do alvará de licença industrial serão realizados presencialmente junto do órgão central ou descentralizado responsável pelo licenciamento da actividade industrial.

O presente diploma distingue dois modelos de alvará de licença industrial: o provisório e o de licença industrial. O primeiro é a licença que visa a fase de instalação da unidade industrial.

Este documento pode ser apresentado junto de instituições financeiras e para efeitos de desalfandegamento dos equipamentos e matérias-primas necessários para o início da actividade industrial. No entanto, o alvará de licença industrial provisório não permite o exercício da actividade industrial.

De acordo com as explicações da ALC Advogados, o alvará de licença industrial provisório tem a validade de seis meses. Findo este prazo, o interessado deve solicitar a emissão de alvará de licença industrial ou, em alternativa, requerer a prorrogação do prazo do alvará de licença industrial provisório, mediante apresentação de pedido devidamente fundamentado e acompanhado do comprovativo de pagamento da taxa correspondente.

Por sua vez, o alvará de licença industrial é o documento que habilita as pessoas singulares ou colectivas para o exercício da

actividade industrial, “nos termos em que o pedido tiver sido autorizado”.

Este alvará, segundo a ALC Advogados, é apenas concedido a pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que preencham, entre outros requisitos tais como ter capacidade civil, financeira e industrial, para além de ter de deter um estabelecimento industrial na qualidade de proprietário ou arrendatário.

O procedimento para a emissão do alvará de licença industrial obedece às fases previamente estabelecidas como, por exemplo, a indicação, por parte do interessado ao órgão licenciador, de data para a realização de vistoria multidisciplinar às suas instalações e pagamento da taxa de vistoria.

Os analistas da ALC Advogados notam ainda que são objecto de averbamento ao alvará de licença industrial as situações que devam ser do conhecimento do órgão licenciador, sendo de destacar os casos de alteração da denominação do titular do alvará de licença industrial ou ainda em casos de transmissão ou alteração do titular do Alvará.

Por fim, é de destacar que o regulamento prevê que “todos os estabelecimentos industriais já licenciados e em funcionamento estão sujeitos à nova vistoria no âmbito da renovação dos alvarás de licença industriais, devendo para o efeito ser emitidos os respectivos autos e pareceres de vistoria”.

PUB

O **Nova Gazeta** JÁ É DIGITAL

ACESSE: www.novagazeta.co.ao



100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Gestão



SEGUNDO A FORBES

As maiores empresas de tecnologia em 2017

AVALIAÇÃO. Apesar da pressão da Ásia, as companhias norte-americanas ainda dominam cenário da tecnologia. Entre as maiores empresas da área, 49 são dos Estados Unidos, indica o mais recente ranking da Forbes sobre a matéria, divulgado no início deste mês.

Por Isabel Dinis

A Apple, segundo a Forbes, está em 1.º lugar há semanas, desde que as suas acções atingiram um novo recorde, chegando a 147 dólares no início de Maio, apesar das baixas vendas do iPhone. Durante o último ano, a empresa registrou 217 mil milhões em vendas, 45 mil milhões de dólares em lucro, 331 mil milhões em activos e um valor de mercado de 752 mil milhões.

A criação de Steve Jobs não é só

a maior companhia de tecnologia, mas também a 9.ª maior empresa do mundo, consideram os analistas da Forbes. No entanto, apesar de integrar o Top 10, está numa posição inferior à de 2016, quando ocupava o 8.º lugar no 'ranking' das maiores do mundo.

Com companhias de 17 países, as empresas de tecnologia representam 118 posições no 'ranking' Global 2000 da Forbes, que lista as 2.000 maiores empresas de capital aberto.

Das 25 maiores empresas de tecnologia, 15 são norte-americanas, oito das quais no Top 10: Apple, Microsoft, Alphabet, IBM, Intel, Cisco Systems, Oracle e Facebook, que subiu 69 posições na lista Global 2000.

Já a sul coreana Samsung aparece na 2.ª posição, seguida pela Micro-

soft. A Hon Hai Precision Industry é a única outra representante da Ásia Pacífico a figurar no Top 10.

Um integrante novo na lista é o Snap, a rede social com o maior IPO (Oferta Pública Inicial, em português) desde que o Twitter abriu o seu capital há três anos. A companhia lançou as suas acções em Março deste ano, e está listada como a 101.ª maior empresa de tecnologia e a 1.639.ª maior companhia do mundo. Entre os recém-chegados, estão também a SK Holdings, da Coreia do Sul, a Dell Technologies, o conglomerado Fortive e a empresa de circuitos integrados Advanced Micro Devices.

A nova lista registou movimentos significativos de empresas como a NVIDIA, que subiu 379 posições no 'ranking' global e ocupa a 41.ª

posição no grupo de tecnologia, e a Nokia, que caiu 248 posições no geral mas, ainda assim, ficou na 33.ª posição entre as companhias de tecnologia. A empresa suíça de semicondutores STMicroelectronics NV teve um dos maiores saltos, pulando 816 posições entre as maiores do mundo (de 2.315 para o 1.499).

A lista Global 2000 da Forbes é baseada numa pontuação composta de medidas igualmente ponderadas de receita, lucro, activos e valor de mercado. A lista de 2017 conta com empresas de capital aberto de 58 países que, juntas, totalizaram receitas de 35,3 biliões de dólares, 2,5 biliões em lucro, 169,1 biliões em activos e um valor de mercado conjunto de 48,8 biliões, 10% a mais em relação ao ano passado.

FILANTROPIA

Novo grupo de 'doadores' junta-se a Buffet e Gates



Os novos bilionários que recentemente integraram a entidade global criada em 2010 por Bill e Melinda Gates e Buffett com o objectivo de encorajar as pessoas mais ricas do mundo a doarem os seus patrimónios são de oito países diferentes e estão à frente de uma grande variedade de negócios.

Entre eles estão o grande investidor Dean Metropoulos; Dagmar Dolby, esposa do magnata da tecnologia de som e vídeo Ray Dolby; Leonard Ainsworth, australiano fundador de máquinas de jogos para casinos; e Sir Stelios Haji-Ioannou, criador da easyJet. "A filantropia é diferente ao redor do mundo, mas quase toda a cultura abriga uma antiga tradição de doação", afirma Melinda Gates, co-presidente da Bill & Melinda Gates Foundation, citada pela Forbes.

"Bill, Warren e eu estamos animados para receber o novo grupo internacional de filantropos que estão a juntar-se ao Giving Pledge, e queremos aprender com as suas experiências", acrescentou. Com os novos integrantes, o grupo soma agora 168 membros de 21 países diferentes.

Buffett e Bill Gates, donos de fortunas avaliadas em 74,7 e 88,8 mil milhões de dólares, respectivamente, estão entre as pessoas mais ricas e generosas do mundo. Bill Gates já doou mais de 35 mil milhões de dólares, enquanto Buffett já colaborou com outros 25 mil milhões, segundo a Forbes.

O papel de África no Brexit



CARLOS LOPES



A medida que a Grã-Bretanha se concentra em como será o seu relacionamento com a União Europeia após a sua saída do bloco europeu, que acontecerá algures em 2019, o resto do mundo já está a preparar-se para a era pós-Brexit. Em particular, para muitos países africanos, a preparação para o inevitável divórcio não é apenas prudente, como pode ser uma necessidade económica.

Muitos analistas investigam obsessivamente o impacto económico da China em África (em 2015, existiam aproximadamente 2.650 projectos de desenvolvimento chineses em andamento no continente). No entanto, o Reino Unido tem sido um parceiro de investimento muito mais comprometido com o continente ao longo dos anos. No final de 2014, o investimento estrangeiro britânico em África foi de 42,5 mil milhões de libras (54,1 mil milhões USD), mais do dobro dos 20,8 mil milhões de libras investidos em 2005. O IED britânico foi direccionado em grande parte para os sectores de telecomunicações e serviços financeiros, todavia os projectos para o desenvolvimento e infra-estruturas também foram um dos focos. No entanto, esta tendência crescente poderá provavelmente reverter, caso as negociações

do Brexit com a UE conduzam a uma erosão da confiança no mercado britânico, no sentido em que esta seria forçada a fortalecer a sua própria economia, e a procura de oportunidades no exterior poderá parecer assim menos justificável.

De longe, o impacto mais significativo de um "Brexit duro" para África, seria sentido no sector de serviços financeiros. Ao negociar a saída do Reino Unido da UE, o governo da primeira-ministra Theresa May procurará assegurar que Londres mantenha o seu lugar como o principal centro financeiro da Europa. Mas, mesmo que May falhe, as instituições financeiras com sede em Londres, podem simplesmente retirar as suas participações e procurarem refúgio na Europa continental. Entretanto, África poderá sofrer em resultado deste cenário. Como exemplo: nos últimos anos, o fortalecimento do sector bancário africano - incluindo a expansão das actividades bancárias transfronteiriças - foi possível, em parte, devido aos produtos inovadores fintech (tecnologia financeira de ponta) desenvolvidos em Londres. As recentes soluções financeiras utilizadas para modernizar instituições como o Standard Bank, o maior banco de África, dependem dos conhecimentos de instituições domiciliadas no Reino Unido. Se o Brexit enfraquecer o papel de Londres como centro financeiro,

os danos colaterais para o continente africano seriam medidos pela diminuição da confiança dos investidores, pelas possíveis lacunas nos serviços bancários e na possível interrupção do funcionamento de redes e processos. Por outras palavras, o mecanismo de inovação financeira poderá simplesmente parar.

Um sector de serviços financeiros mais fraco no Reino Unido também poderia levar a uma escassez de talentos com conhecimento sobre os mercados africanos. Isto poderia prejudicar o comércio entre o Reino Unido e África de forma mais ampla. Infelizmente, a Grã-Bretanha é mais importante para o futuro de África nesse sentido, do que vice-versa. Com menos de 5% do déficit comercial da Grã-Bretanha vinculado a África, o continente provavelmente não estará perto do topo das preocupações actuais do governo do Reino Unido.

Os laços diplomáticos também podem ser afectados, se um Reino Unido mais fechado sobre si próprio decidir fechar as suas portas aos viajantes e estudantes africanos que procuram matricular-se nas universidades britânicas. Em suma, os laços históricos, políticos e económicos que se fortaleceram ao longo de décadas podem vir a sofrer um travão, à medida que as negociações entre o Reino Unido e a UE avançarem.

Contudo, o risco que o Brexit representa para África não deve ser encarado de forma exagerada. Para começar, o comércio já não é a espinha dorsal que foi no passado. Apenas um pequeno número de países africanos disputa o acesso ao mercado do Reino Unido, pois muitos procuram concretizar mais negócios entre si. África também está a aprender a manter-se por conta própria por outras formas.

Desde 2000, que a ajuda anual total para África atingiu uma média de 50 mil milhões USD, enquanto a receita tributária no mesmo período cresceu de 163 mil milhões USD para uns surpreendentes 550 mil milhões USD. O aumento das entradas de IED, o acesso à dívida

soberana e a forte expansão das remessas de migrantes contribuíram para uma mudança na base de receita, para além das que são provenientes das matérias-primas. E actualmente, os líderes africanos procuram, sobretudo, estabelecer novas alianças com os seus vizinhos, melhorando o ambiente de negócios e colaborando em projectos de industrialização.

Mas, porquanto os países africanos podem depender menos da ajuda externa, do que alguma vez foi possível, a sua relação com os Estados doadores e o Reino Unido, em particular, continua a ser de extrema importância. Em relação ao rendimento nacional bruto, o Reino Unido é um dos doadores de ajuda mais generosos do mundo, um estatuto que dá à Grã-Bretanha uma maior voz na definição da agenda de desenvolvimento internacional. Como a assistência britânica em África evoluiu a partir de esforços estreitos de redução da pobreza para financiar projectos de negócios em países como a Etiópia e o Ruanda, o Reino Unido emergiu como um aliado-chave para ajudar África a executar a sua própria estratégia de desenvolvimento. Se o Brexit impelir a um Reino Unido menos envolvido globalmente, os destinatários da assistência britânica sofrerão com isso. Cabe às empresas e aos governos africanos reorientar a atenção da Grã-Bretanha. Com os incentivos certos, África poderá desempenhar um papel mais central no planeamento económico do Reino Unido. Porém, para que tal aconteça, os líderes africanos devem ajudar os seus homólogos britânicos a ver que com a mudança, vem a oportunidade. Enquanto o Reino Unido se prepara para se afastar da UE, África deve estar pronta para aproveitar a boleia.

Antigo secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, é Professor na Universidade de Cape Town e Professor não residente na Universidade de Oxford

Com os incentivos certos, África poderá desempenhar um papel mais central no planeamento económico do Reino Unido. Porém, para que tal aconteça, os líderes africanos devem ajudar os seus homólogos britânicos a ver que com a mudança, vem a oportunidade.

Internacional

NEGOCIAÇÕES DO BREXIT INICIAM HOJE

Londres sem estratégia de saída

BREXIT. Theresa May tem tentado, nos últimos dias, garantir apoio do Partido Unionista, da Irlanda do Norte, para se fortalecer e formar governo minoritário mas, segundo a imprensa britânica, esta garantia apenas estará clara no próximo dia 21 de Junho.

Por Redação

As autoridades britânicas confirmaram, na passada sexta-feira, 16, que as negociações decisivas entre o seu país e a União Europeia para a saída do bloco comunitário iniciam hoje, 19 de Junho, sem que esteja clara a estratégia de Londres para o efeito, segundo o site do canal de televisão norte-americano CNN.

As dúvidas sobre uma estratégia clara nas negociações com Bruxelas decorrem, sobretudo, da fragilidade política em que a primeira-ministra se encontra. O partido de Theresa May perdeu a maioria absoluta parlamentar nas eleições de há duas semanas, deixando a conservadora sem garantias de que um acordo com a União Europeia receba a chancela dos exigentes deputados britânicos.

May tem tentado nos últimos dias garantir o apoio do Partido Unionista, da Irlanda do Norte, para se fortalecer e formar um governo minoritário mas, segundo a CNN, esta garantia apenas estará clara no próximo dia 21 de Junho.

A CNN fala de um debate aberto sobre a forma como o Reino Unido desenvolve as negociações para o polémico desmembramento, decorrido que está um ano desde que os cidadãos de Sua Majestade se decidiram pelo abandono do seu maior mercado de exportação.

“Os assuntos que temos de tratar são extraordinariamente complexos do ponto de vista técnico, judicial e financeiro”, referiu Michel Barnier, chefe da equipa negocial da UE.

A primeira-ministra havia prometido retirar completamente o país da área de comércio comum europeu e reduzir drasticamente

os emigrantes dos outros países. As suas declarações incluíram a ameaça de não pagar a denominada ‘taxa de divórcio’ ou negociar um novo acordo comercial.

Mas o resultado das eleições. No entanto, o resultado das eleições que convocou deixaram o seu governo em xeque. Os empresários e legisladores do país têm deixado claro que pretendem manter relações próximas com a Europa e fazem pressões para que a líder conservadora mude a sua abordagem ao problema. Por exemplo, a Airbus, a segunda maior fabricante de aviões comerciais do mundo, ameaçou transferir uma nova linha de produção para fora do país se lhe forem impostas

1.2

Por cento, proporção de queda das vendas a retalho no Reino Unido, em Maio

novas barreiras comerciais ou restrições no recrutamento de trabalhadores dos outros Estados europeus.

Mas acordos contrários a advertências como esta, ou seja, manter

uma integração económica próxima da EU depois de efectivado o Brexit, significaria comprometer as novas ideias sobre imigração.” A União Europeia apenas poderá negociar quando o Reino Unido tiver chegado a um consenso sobre como prosseguir, o que acontecerá quando os políticos britânicos debateram o dilema do Brexit de forma aberta”, comentou Simon Tilford, director-adjunto do Centro para a Reforma Europeia.

Para o chefe do Tesouro britânico, a prioridade do Reino Unido nas negociações deve ser a protecção dos empregos, do crescimento económico e da prosperidade. O responsável disse que defende um período de transição, de modo a ajudar as empresas a adaptar-se à vida fora do bloco europeu. Referiu que o seu país entrará as negociações num “espírito de cooperação sincera e com uma abordagem pragmática”, visando encontrar uma solução que satisfaça ambas as partes.

Os sinais negativos para a segunda maior economia europeia começaram a fazer-se sentir logo após a votação para a saída, com a reacção dos investidores a levar a cotação da libra esterlina a níveis mais baixos nas últimas décadas, devido ao receio de que o país pudesse perder o acesso preferencial ao vasto mercado comunitário.

Segundo a CNN, os últimos sinais ocorreram esta quinta-feira, quando as vendas a retalho caíram mais 1.2% em Maio, comparado ao mês de Abril.

Tilford não tem dúvida sobre o que poderá acontecer a seguir: se a primeira-ministra persistir na sua estratégia ‘sem-compromisso’, a UE não terá outra opção que não seja responder da mesma maneira; exigirá que os britânicos paguem um montante maior em função da saída, e se recusará a adoptar um novo acordo comercial antes da assinatura dos termos do desmembramento.



HACKERS

‘WannaCry’ partiu da Coreia do Norte

Serviços de segurança britânicos acreditam que um grupo denominado ‘Lazarus’, ligado ao governo da Coreia do Norte, foi o responsável pelo massivo ataque informático a milhares de computadores em mais de 120 países, em Maio. A conclusão parece confirmar o ponto de vista de vários especialistas em cyber-segurança, que admitiram a possibilidade de a onda de ataques ter partido daquele país isolado, segundo a CNN.

O Centro Britânico de Cyber-Segurança recusou comentar a alegação.

Entretanto, o diário americano Washington Post, citado pela CNN, escreveu na semana passada que a Agência de Segurança Americana (NSA, na sigla em inglês) teria chegado à mesma conclusão.

A NSA teria fundamentado o levantamento numa análise da táctica, técnica e alvos empregues nos ataques, apontando a agência de espionagem norte-coreana como a grande responsável dos mesmos. Dezenas de milhares de computadores foram invadidos por um vírus designado de “Wanna Cry”, que, no essencial, impedia os seus proprietários de o acederem a menos que pagassem um resgate no valor entre 300 e 600 dólares. A Rússia foi dos principais visados.



Fragilidade política da primeira-ministra decorre dos fracos resultados eleitorais.



O FUNDO das Nações Unidas para a Infância (Unicef) informou, na sexta-feira, que precisa, de forma imediata, de 220 milhões de dólares para ajudar nove milhões de crianças que vivem precariamente na Síria e em outros países da região.



O PRESIDENTE americano, Donald Trump, insistiu, na sexta-feira, na ausência de provas sobre um conluio com a Rússia para vencer as eleições do ano passado, apesar de várias investigações sobre o assunto.

A INVESTIDORES NOS EUA

Filipe Nyusi pede confiança

O Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, apelou, na semana passada, nos Estados Unidos da América, à confiança dos investidores estrangeiros numa retoma do crescimento económico do país, que diz ser seguro para o capital estrangeiro, noticiou a Lusa.

“Moçambique está de volta como país de economia próspera”, referiu, ao discursar na 11.ª Bienal de Negócios EUA-África, em Washington, citado pela Agência de Informação de Moçambique (AIM).

Nyusi, que esteve nos EUA por

três dias, apontou o empreendimento de oito mil milhões de dólares de um consórcio liderado pela petrolífera italiana Eni no primeiro projecto de exploração de gás natural na Bacia do Rovuma como sinal de que o país é seguro para investir.

O chefe de Estado convidou os investidores a olharem também para outros sectores de actividade, nomeadamente agricultura, infra-estruturas e produção industrial.

A norte-americana Anadarko lidera um dos consórcios que identificou grandes quantidades de gás natural na bacia do Rovuma, norte de Moçambique, enquanto outra empresa dos EUA, a Exxon Mobil, comprou 25% da EniEast África.



Al-Baghdadi terá sido morto em Maio

ATAQUE AÉREO

Rússia ‘matou’ líder do Estado Islâmico

O ministério da Defesa da Rússia disse que o exército do país está a investigar informações de que o chefe do Estado Islâmico, Abu Bakr al-Baghdadi, teria sido morto num

ataque das suas forças, ocorrido no dia 28 de Maio.

O acto teria tido como palco o principal reduto do grupo terrorista, Raqqa, no momento em que outros chefes estariam reunidos num posto de comando.

“Segundo informações que nos chegam de vários canais, o líder do ISIS, Abu Bakr al-Baghdadi, estava

nesse encontro e foi morto durante o ataque”, disse a entidade em comunicado de imprensa.

Os Estados Unidos confirmaram que a Rússia realizou um ataque na zona no dia 28 de Maio.

O líder terrorista já tinha sido dado como morto em outras ocasiões, mas reapareceu em actos públicos.

PUB

ARCA DA ALIANÇA
E M A N G O L A

O COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA

Jesus Cristo é o Senhor
UNIVERSAL

Ambiente

PREVISÃO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÉ 2100

Temperatura média mundial pode subir 2,7 graus

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Média mundial tende a aumentar caso não haja novos compromissos com combate às alterações climáticas e acções políticas firmes.

A

temperatura média mundial poderá subir 2,7 graus até 2100 se não houver novos compromissos com o combate

às alterações climáticas e acção política firme, alertou, na passada semana, a Agência Internacional de Energia.

Com o acordo de Paris, do qual os Estados Unidos se vão retirar, a meta de limitar a subida a 1,5 graus é tecnicamente atingível, mas há um fosso imenso entre a prática actual e o que é preciso para atingir o objectivo de travar o aquecimento global.

No seu relatório anual de perspec-

1,5

graus é a meta que pretende limitar quanto ao aumento da temperatura.

tivas tecnológicas, a agência afirma que, no caminho actual, as emissões de dióxido de carbono, responsável pelo aquecimento global, atingirão um pico em meados do século XXI,

com um aumento de 16 por cento em relação ao verificado em 2014.

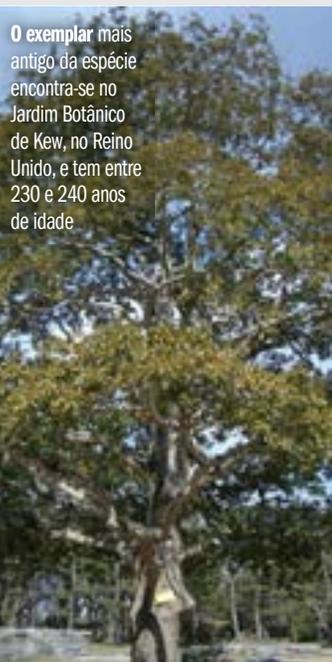
Assim, a temperatura subiria 2,7 graus centígrados no final do século, agravando o aquecimento global e as alterações climáticas. Só um crescimento “rápido e agressivo” da utilização de energia limpa é que poderia garantir emissões carbónicas reduzidas em 2060.

A Agência Internacional de Energia considera que é preciso usar mais do dobro da electricidade utilizada actualmente e salienta que é preciso começar depressa, apontando os anos até 2030 como “uma janela crítica” para promover a investigação tecnológica no sector da energia renovável.

A agência considera que é preciso usar mais do dobro da electricidade utilizada.



O exemplar mais antigo da espécie encontra-se no Jardim Botânico de Kew, no Reino Unido, e tem entre 230 e 240 anos de idade



JAPÃO

Árvore resistiu à bomba de Hiroshima

A

bomba atómica que abalou Hiroshima no dia 6 de Agosto de 1945 matou mais de 140 mil pessoas

instantaneamente e arrasou tudo à sua volta. Mas um sobrevivente emergiu do solo: a árvore ginkgo biloba.

A 6 de Agosto de 1945, caía em Hiroshima a bomba ‘Little Boy’, que provocaria uma explosão com uma

temperatura 40 vezes superior à do sol. A população foi dizimada e a destruição foi quase total. Porém, a apenas um quilómetro do epicentro da explosão sobreviveu uma árvore, a ginkgo biloba, que, um ano depois, brotava novamente entre as ruínas de um templo budista.

Na remodelação do templo, manteve-se a árvore que começou a ser encarada como símbolo de renascimento e veneração. “Hiroshima nunca mais”, foi a frase deixada ao pé

da mesma. Apesar de não ter havido vida durante muito tempo naquele local, espécies como ginkgo biloba ressurgiam nos escombros. Hibakujumoku é o nome dado pelos japoneses a estas árvores que resistiram à bomba atómica. “Trata-se de uma espécie única, sem parentes vivos”, disse Mariano Sánchez do Real Jardim Botânico de Madrid ao El País.

Esta árvore consegue persistir em locais com pouca luz e com escassez de nutrientes. Para além disso,

é extremamente resistente a bactérias, fungos e vírus. O seu ADN contém mais de 40 mil genes, muitos dos quais servem para se proteger de ameaças exteriores.

A ginkgo biloba pode chegar até aos 1.500 anos de idade e é um dos organismos vivos mais antigos do planeta Terra, antes mesmo dos dinossauros ou flores. A árvore mais antiga da espécie encontra-se no Jardim Botânico de Kew, no Reino Unido, e tem entre 230 e 240 anos de idade.

Educação & Tecnologia

VALOR INICIAL RONDAVA OS 4,8 MIL MILHÕES USD

Verizon conclui compra do Yahoo

INTERNET. Compra do Yahoo ocorre após um ‘desconto’ no valor inicial. A Verizon também comunicou a saída da ex-presidente, Marisa Mayer, uma das pioneiras da tecnologia.

A Verizon anunciou, na passada semana, a compra do Yahoo por 4,48 mil milhões de dólares, após receber um ‘desconto’ no valor inicial, graças à revelação de ataques ‘hacker’ que vazaram dados da empresa de internet. A empresa também informou que Marisa Mayer, ex-presidente da empresa que já foi uma das pioneiras da tecnologia, deixou o Yahoo.

A transacção foi anunciada em Julho do ano passado. O Yahoo é dono de portais de notícias,

desporto, finanças, além de um serviço de ‘e-mail’ com cerca de 225 milhões de usuários activos por mês, a plataforma de ‘blog Tumblr’, o serviço de análise de aplicativos Flurry e o serviço de publicidade Gemini.

O Yahoo será integrado à AOL, comprada em Maio de 2015, por 4,4 mil milhões de dólares. A combinação das duas empresas dentro da Verizon chamar-se-á Oath. A área ficará sob a liderança de Marni Walden, presidente de inovação de produto e novos negócios.

“O fecho dessa transacção representa um passo crítico em crescer na escala global necessária para a nossa companhia de

média digital. O stock combinado de activos da Oath, da realidade virtual até à inteligência artificial, do 5G à ‘internet das coisas’, dos conteúdos de parceiros até aos originais, irá criar uma nova forma empolgante de captar audiências em todo o globo”, comentou Walden, em nota.

Segundo a Verizon, a combinação entre Verizon e Yahoo criará “um dos maiores portefólios de marcas globais próprias e de parceiros com extensa capacidade de distribuição”. A estimativa é que as duas empresas tenham mais de 25 marcas.

SAÍDA DE MARISA MAYER

Para concluir a aquisição do Yahoo, a Verizon teve de fazer algumas mudanças na estrutura da empresa. Isso ocorreu porque a companhia de telecomunicação absorveu apenas a parte operacional do Yahoo, ou seja, os seus serviços de internet e de entretenimento. Essa área compreende os serviços de busca e de comunicações.

Os activos financeiros do Yahoo (a sua participação no Alibaba, no Yahoo Japan, outros investimentos menores e notas conversíveis), além do portefólio de patentes,

MEMORIZE

- A combinação entre Verizon e Yahoo criará “um dos maiores portefólios de marcas globais próprias e de parceiros com extensa capacidade de distribuição”. A estimativa é que as duas empresas tenham mais de 25 marcas.



1,6

mil milhões de dólares, receitas atingidas pela empresa em 2015.

não entraram no negócio. Essa parte do Yahoo passa a chamar-se Altaba a partir de agora.

Na época em que a Verizon anunciou a compra do Yahoo, Marisa ainda falava como líder da empresa. “Yahoo e AOL popularizaram a internet, o ‘e-mail’, a busca e a média em tempo real. É poético juntar forças ao AOL e a Verizon à medida que entramos nesse novo capítulo focados em atingir escala e mobilidade”, comentou, mencionando a receita de 1,6 mil milhões de dólares em 2015.

Como era presidente do conselho do Yahoo, Marisa Mayer renunciou ao seu posto no início deste ano, para que a companhia se dividisse em duas: a que seria incorporada à Verizon e a futura Altaba.

Agora, com o anúncio da aquisição, a Verizon informa ainda que Marisa resolveu deixar a empresa definitivamente. “Verizon deseja a Marisa o melhor nas suas futuras empreitadas”, afirma a companhia.

Antes de assumir o Yahoo, Marisa Mayer chegou a ser vice-presidente de busca do Google, companhia em que permaneceu por 13 anos. Ela foi a primeira engenheira contratada pela gigante da internet.

A estimativa é que as duas empresas tenham mais de 25 marcas.



Marcas & Estilos

Para fusos diferentes

A Globetrotter é o melhor companheiro de viagem. Este relógio é especialmente projectado para exibir um segundo fuso horário que lhe dá uma dimensão extra. O indicador amarelo para o segundo fuso horário é um dos muitos detalhes que o tornam diferente dos outros.

Silhuetas do baú

O vestido de renda da Floral apresenta um contraste na faixa da cintura e é exclusivo dos baús mais conservadores. É uma silhueta montada com uma saia em linha, forrada com fecho de correr traseiro invisível.

Multifacetado

O Bon Jour é uma lâmpada sem fio, portátil e verdadeiramente moderna. O conector micro USB na base carrega-o por até seis horas, para que se possa mover consigo e, ser usada em qualquer ambiente.

Totalmente funcional

Nova, não mostra nenhuma contra-indicação de uso. Com todo o requinte, é excelente para exposições fotográficas. Entre as melhores qualidades da Hermes, o desgaste é moderado e é totalmente funcional.

Para aventuras

Projectada para adictos à adrenalina que desejam captar cenas rápidas em condições extremas. Esta câmara Olympus Tough é resistente, impermeável, à prova de choque, de queda e de poeira. É para operações sem preocupações em qualquer aventura.

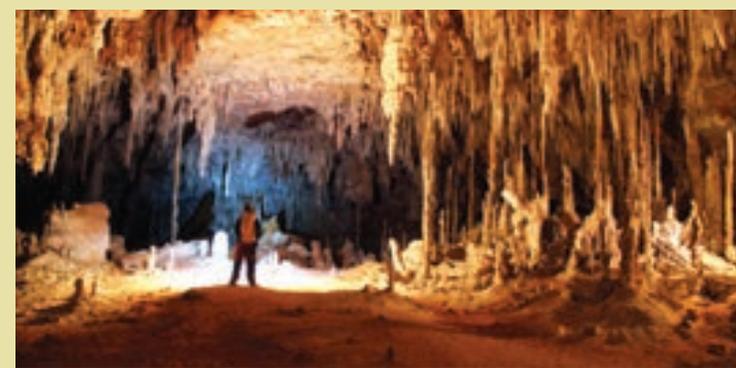
Acabamentos de mestre

A mascote Cuban Link de nove milímetros foi trabalhada em ouro amarelo sólido de 14 quilates. Cada ligação é congelada manualmente. Tem um comprimento padrão de oito polegadas. O acabamento é da responsabilidade de um mestre polaco e o fecho exclusivo da IF & Co.

TURISMO

Terra Ronca, Brasil

As maiores cavernas do país impressionam pela beleza das formações de calcário, pelas dimensões das suas entradas, pelos raios de luz que incidem em clarabóias e pelos rios de água potável que as atravessam. Pouco fiscalizado, o Parque Estadual Terra Ronca segue preservado graças à localização remota, em São Domingos, na divisão de Goiás com a Bahia. Calcula-se que tenha 95 cavernas, quatro abertas ao turismo. A maior delas, Angélica, tem 14 quilómetros de galerias. Ela, Terra Ronca, e São Vicente revelam as suas belezas só a quem se dispõe a molhar os pés e caminhar seguindo o curso dos seus rios interiores. A Pousada São Mateus é praticamente a segunda sede do parque e funciona como parada quase obrigatória para quem deseja visitar as cavernas.



AUTOMÓVEL

JLR, condução autónoma

A britânica Jaguar Land Rover pretende impulsionar o desenvolvimento da condução autónoma, através da norte-americana Lyft. Começando por um investimento de 25 milhões de dólares. Numa altura em que são várias as companhias apostadas em serem as primeiras a colocar um carro autónomo a circular nas estradas, a Jaguar Land Rover (JLR) acaba de anunciar um investimento de 25 milhões de dólares na

empresa de transporte urbano com recurso a viaturas particulares Lyft. O objectivo? É óbvio: impulsionar o desenvolvimento e o ensaio da tecnologia de condução autónoma. O investimento será feito através da sua participada para os serviços de mobilidade, inMotion Ventures. A qual fornecerá ainda à americana Lyft uma frota de veículos Jaguar e Land Rover, para a aplicação da tecnologia e realização de testes.



AGENDA

LUANDA

19 DE JUNHO

'The Hookup Dinner', no Marginal Lounge, edifício do Deanna Spa A partir das 18 horas.

22 DE JUNHO

A Companhia de Dança Contemporânea apresenta o espectáculo '(Des) construção', no Centro Cultural Português. Às 19h:30.

23 E 24 DE JUNHO

Concerto de Ndaka Yo Wiñi, no Art'z Restaurante & Lounge, no hotel Marinha. Às 21 horas.

24 DE JUNHO

Feira do Empreendedorismo, no Ginásio Green Fit, no Morro Bento. A partir das 9 horas.

29 DE JUNHO

'Show' Blá Blá Blá com 'Os Tuneza', na Sala IMAX do Shopping Avennida. Às 21h:30.

“As minhas músicas são o reflexo do quotidiano. Procuo trazer sempre o quotidiano. Qualquer história que me comove transformo em música.”

NELO PAIM, PRODUTOR MUSICAL E INSTRUMENTISTA

“O estúdio não é fácil, chega uma altura que cansa”

MÚSICA. Aos 15 anos, Nelo Paim produziu profissionalmente a primeira música ‘Issawa’ que fez parte do álbum ‘Kanbuengo’ do irmão Eduardo Paim. Afastado das lides musicais por questão de saúde, pretende regressar em três ou quatro meses, mas de maneira menos intensiva.

Por Amélia Santos

Quem é Nelo Paim?

É artista que adora palco e estúdio que passava boa parte do tempo fora de casa, por causa da profissão. Mas que hoje, pela saúde, abdicou dos estúdios por tempo indeterminado.

Como surge a experiência de cantar com Eduardo Paim e Lara?

Não sou propriamente cantor. Já tentei essa experiência de cantar. Gravámos um álbum ‘Kanela’, em 1995/1996, que fiz com o meu irmão Eduardo e a moçambicana Lara. ‘Kanela’ é a junção de Kambuengo, Nelo e Lara. Sou instrumentista.

Porque não deu continuidade como cantor?

Cantar não é o meu foco. Já sou instrumentista e produtor! Deus não dá muitas coisas a uma só pessoa. Prefiro ficar mesmo como produtor.

Uma nota para Eduardo Paim...

Quando falo dele, normalmente me emociono. Falar dele é como Deus no Céu e Eduardo na terra. É o mesmo que falar de uma árvore sem falar da raiz. E ele é a raiz daquilo que sou.

Que avaliação faz da produção musical?

A produção musical está no bom caminho. A concorrência aumentou, temos bons produtores, os novos talentos estão a vir com boas ideias. E quando a concorrência aumenta, a

qualidade melhora. E hoje já se consegue ir a um sítio e ouvir 98% de música angolana.

E a música acústica também merece essa apreciação?

Acústica é a tal coisa. Temos bons músicos e estúdios. Há estúdios que estão a trabalhar muito bem, que também melhoraram em termos de apetrechamento. Às vezes, não basta ter máquinas de última geração. É necessário investir no homem. Por vezes, somos obrigados a recorrer a outro mercado lá fora, para misturar e outros acabamentos. Porque não temos essa qualidade internamente. Estamos a começar, mas o resultado final ainda não é o satisfatório.

Qual é o tempo para atingir à média de qualidade exigida?

Repito sempre é preciso investir no homem. E isso passa pela formação. Temos de frequentar cursos. Temos a África do Sul, Portugal, entre outros países, que dão formações neste sentido.

Toca vários instrumentos, com qual deles se sente mais confortável?

Meu instrumento é o piano. Embora também domine outros como guitarra, percussão e bateria. Aliás o meu primeiro instrumento foi a bateria, aprendi a tocar com oito anos. Depois mudei para percussão e, mais tarde, Simone Mansini ensinou-me a tocar guitarra e teclado. Comecei a tocar quando Eduardo me levou a Portugal para viver lá, pois precisava de estar mais a vontade.



Santos Samuessa © VE

PERFIL

Manuel Prado Fernandes da Silva, 40 anos, conhecido por Nelo Paim, natural de Luanda, casado e com seis filhos. Tem Eduardo Paim como mestre, mas o seu ídolo é Paulo Flores. Admira Yuri da Cunha, Yola Semedo, Matias Damásio, Anselmo Ralph, entre outros artistas. Tem gravado o álbum ‘Liberdade’. Já produziu os álbuns ‘Desejo Malandro’, ‘Livre Serás’ e ‘Recado num Semba’, de Euclides da Lomba, entre outros.

Que instrumento gostava de tocar?

Mas lá para o fim da carreira gostava de tocar o saxofone.

Vive da produção musical?

Em Angola, já é possível viver da música. Eu só vivo da música, não é que não saiba fazer outras coisas. Já também organizamos o nosso certame.

Que produções marcaram a sua carreira? Porquê?

Todas, no geral, me deram muito prazer. Mas, a que mais marcou foi a do Euclides da Lomba, do álbum ‘Livre Serás’, porque foi a primeira produção em que tive de assumir vários papéis. Não só de instrumentista, produtor, até mesmo de técnico de som, fiz captação e inclusive misturas de algumas músicas. Já fiz centenas de produções. Trabalhei com Paulo Flores, Yola Semedo Ricardo Lenvo, Don Kikas, Daniel Nascimento, Puto

Português, Tito Paris (Cabo-Verde), Tânia Saint Val (Antilhas), entre outros artistas.

A nova roupagem que as músicas antigas estão a ter são bem-feitas?

Acabo por elogiar os jovens que têm estado a fazer esse trabalho, porque o que é nacional é bom. Se é para melhorar, que seja com o que é nosso. Mas é preciso não esquecer a paternidade das coisas, vamos respeitar os direitos do autor.

Porém os artistas devem estar bem organizados. Registrando as músicas na Sadia - Sociedade Angolana do Direito de Autor e na UNAC - União Nacional dos Artistas e Compositores.

A história da música ‘Ngueve’ é ficção ou realidade?

Tem tanto realidade como ficção. Há alguns anos, tempo de conflitos armado, recebemos a notícia de que um primo tinha falecido, mas não houve funeral, porque não vimos o corpo. No entanto, ele deixa a mulher. Mas, passado algum tempo, alguém vem dizer que ele se encontrava na Zâmbia. Foi que pedi ao Matias Damásio que escrevesse uma música semelhante à história do meu primo. Foi que surgiu a ‘Ngueve’.

E com a ‘De Maria para Mary’, cantada pelo Puto Português?

É coisa que acontece todos os dias. Pedi ao Puto Português que musicasse sem falar mal das mulheres claro, mas tocando na nova tendência das cirurgias plásticas.

Onde busca inspiração para compor as músicas?

As minhas músicas são o reflexo do quotidiano. Procuo trazer sempre o quotidiano. Qualquer história que me comove transformo em música.

A paragem que dá tem que ver com o seu estado de saúde?

O estúdio não é fácil, chega uma altura que cansa. Sempre envolve muito tempo de estúdio, já cheguei a ficar mais de 24 horas em estúdio. Recentemente tive paragem cardíaca. Foi o momento que me apercebi que não estava sozinho e que mais do que trabalhar, precisava de cuidar mais de mim. Era hipertenso e não sabia. Estou a fazer trabalhos muito leves que não roubam muito tempo de estúdio. Quem sabe dentro de mais três a quatro meses regresso ao trabalho.

NÚMEROS DA SEMANA

32,58

Por cento é a taxa de inflação regista em Maio, o valor mais baixo no último ano, segundo o INE.

456

Mil milhões de kwanzas é o défice registado no Orçamento Geral do Estado 2015, de acordo com a Conta Geral do Estado referente aquele ano, apresentando, semana passada, no Parlamento.

3

Por cento foi a subida que registou o vencimento-base mensal do Presidente da República, no âmbito dos reajustes dos salários da função pública.

12,8

Milhões de dólares é o montante que o Governo vai disponibilizar na construção do monumento desconhecido a ser erguido pela empresa Omatapalo.

A PEDIDO DA JUSTIÇA FRANCESA

Brasil investiga contratos do BNA

O Ministério Público Federal Brasileiro investiga a utilização de intermediários em contratos entre o Governo angolano e empresas estrangeiras na produção de papel-moeda mediante pagamento de 45 milhões de dólares em suborno, situação que envolve o empresário brasileiro Minoru Dondo, a pedido da justiça francesa, noticiou o jornal o Globo.

De acordo com as investigações iniciadas em França, os brasileiros, associados a angolanos e

fazendo-se de representantes da Oberthur, terão recebido comissões de 35% no valor dos contratos com o BNA, entre 2001 e 2012, à revelia da empresa francesa, criando uma cadeia de empresas de fachada, localizadas em Portugal e Hong Kong, que recebiam o suborno.

Minoru Dondo, tido como um dos homens mais rico em Angola, está ainda a ser acusado de fechar negócios em Angola com o Ministério da Saúde, Casa

Militar, Ministério das Finanças e governos provinciais, supostamente transferindo recursos para empresas situadas em paraísos fiscais como a Ilha da Madeira, Ilhas Cayman, Suíça e Miami.

O empresário brasileiro e o sócio foram alvos, na passada quarta-feira, da Operação Le Coq, que mobilizou cerca de 60 agentes da Polícia Federal no Rio de Janeiro para cumprimento de quatro mandatos de condução coercitiva e 12 de busca e apreensão.

Os agentes conduziram, sob coação, Vicente Cordeiro de Lima e Gérson António de Souza Nascimento, com quem foram apreendidos 127 relógios no valor superior a um milhão de reais (304 mil dólares).

Os quatro são acusados de participar de esquemas que terão lesado contratos do Banco Nacional de Angola (BNA) com a empresa francesa Oberthur, especializada na fabricação de papel-moeda.



MONTANTE RONDA OS 340 MILHÕES USD

Angola deve operadoras aéreas

A dívida de Angola às companhias aéreas passou de 237 milhões de dólares em Junho do ano passado para 340 milhões, representando um aumento de 43,4%, informou a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA).

Em declarações a Lusa, um porta-voz da IATA informou que o montante de fundos bloqueados em Angola subiu 43,4%, acrescentando que a associação “continua a trabalhar” para garantir a libertação dos valores em Angola e noutros

países. A associação, no entanto, não precisou o prazo e o total das dívidas às companhias.

Em Junho do ano passado, as dívidas ultrapassavam os 4.000 milhões de dólares só entre os primeiros cinco devedores da lista, que colocava Angola no quinto lugar. A lista era liderada pela Venezuela, com dívidas de 3.180 milhões de dólares, com 16 meses sem transferir dividendos, seguida da Nigéria com 591 milhões de dólares e sete meses e o Sudão com 360 milhões

de dólares e quatro meses.

O bloqueio de 340 milhões de dólares em receitas das companhias aéreas que operam no país, mas cujas verbas não conseguem enviar para os países de origem, é decorrente da crise que assola Angola, desde 2014.

Em Junho do ano passado, Angola era o quinto país do mundo com mais fundos retidos às companhias aéreas e estas demoravam, em média, sete meses a conseguir enviar as suas receitas para os países de origem.



AGRICULTURA

Fertilizante marroquino já em Luanda

A primeira encomenda de fertilizantes feita pelo Governo a Marrocos chegou a Luanda, ao abrigo do acordo para fornecimento rubricado entre os dois países, anunciou o Ministério da Agricultura de Angola.

Em causa está uma remessa de 25.000 toneladas de fertilizantes compostos que o Governo negociou directamente com aquele país africano e que chegou, na passada sexta-feira, ao porto de Luanda, indicou à Lusa fonte do Ministério da Agricultura.

O fornecimento, segundo a mesma informação, prevê a entrega de fertilizantes a Angola a preços mais baixos do que os valores praticados actualmente no país, que se explicam com as dificuldades de importação por falta de divisas.

A execução deste acordo, no domínio da produção e exportação de fertilizantes, resulta da visita que o ministro da Agricultura, Marcos Alexandre Nhunga, realizou a Marrocos, no final de Março, para “analisar e discutir” um entendimento com as autoridades locais.

O VALOR ESTA SEMANA

ZEE DE VIANA

Apenas 25% operacional

A Zona Económica Especial de Viana (ZEE), em Luanda, continua a funcionar a ‘meio gás’, apesar dos seus oito anos de existência. Dos 8.460 hectares da reserva industrial da zona, apenas 2.115, correspondente a 25% do total, estão a ser aproveitados. Pág. 8

ENTREPOSTO ADUANEIRO

7 milhões USD em novos meios

O Entrepósito Aduaneiro de Angola (EAA) investiu, este ano, mais de sete milhões de dólares na compra de novos equipamentos e meios rolantes para as suas delegações do Namibe e Huambo, bem como, para a sede, em Luanda. A empresa deverá também ampliar a sua rede de frio com um total de 1.300 metros cúbicos para produtos congelados e frescos. Pág. 17



BANCA

VTB alarga capital social

Os accionistas do Banco VTB África decidiram subir o capital social para 2,5 mil milhões de kwanzas, no primeiro trimestre deste ano, três anos depois de várias recomendações dos auditores externos e sucessivos incumprimentos às obrigações do Banco Nacional de Angola (BNA). Pág. 14